



ENCONTROS FLORESTAIS

**A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE
PORTUGUESA DE CIÊNCIAS
FLORESTAIS**

Ignacio García Pereda







ENCONTROS FLORESTAIS

A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FLORESTAIS

Ignacio García Pereda



Lisboa
Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais
2017





CRÉDITOS

TÍTULO: Encontros florestais. A criação da Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais

UMA EDIÇÃO DE: Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais, Lisboa

AUTOR: Ignacio García Pereda

PREFÁCIO: Maria Teresa Cabral & Francisco Rego

REVISÃO DE TEXTO: Alexandra Batista, Sara Silva, Conceição Tavares

IMAGENS: Arquivo Neiva Vieira (NV), Arquivo Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais (AS), Fundo Vieira Natividade da biblioteca da Câmara Municipal de Alcobaça (VN), Fundo Euronatura (EN), Arquivo Morto ICNF (AM), Fundo Família Baeta Neves (BN), Fundo Carlos Silva (CS)

AGRADECIMENTOS: Francisco Rego, Loreto Monteiro, Teresa Cabral, Liliana Bento, José Neiva, João Pinho, Pedro Rocha, Carlos Silva, Octávio Ferreira, Gabriel Roldão, Miguel Galante, Tito Rosa, João Augusto Aldeia, Fátima Nunes

DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGENS: Ignacio García Pereda & Melisa Pesoa

IMPRESSÃO: Ocyan, Carnaxide

ISBN: 978-972-99656-5-4

DEPÓSITO LEGAL PT:

Setembro de 2017, Lisboa

Edição de 600 exemplares

Este livro foi impresso em Soporset Premium Offset produzido e gentilmente cedido pela The Navigator Company, tendo por base florestas com gestão responsável





Quatro antigos presidentes da SPCF:
António Alberto Monteiro Alves, João
Santos Pereira, Fernando Páscoa, Maria do
Loreto Monteiro



*Livro dedicado à memória de António
Monteiro Alves e Fernando Páscoa*





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

DIRECÇÃO GERAL

DOS

SERVIÇOS FLORESTAIS E AQUÍCOLAS

MODELO B

Bilhete de identidade Florestal N.º 1973

(Pessoal e intransmissível)

Pertencente a *Paulo Emilio Carrique*

Categoria *Administrativa de 2.ª classe*

Tem direito a viajar em *1.ª* classe.

O Director Geral,

Decreto de 7 de Janeiro de 1904

(Mantido em vigor pelo artigo 445.º
do decreto com força de lei n.º 4:249,
de 8 de Maio de 1918)

Art. 26.º — A apresentação em qualquer bilheteira das linhas do Estado, do bilhete de identidade dá aos indivíduos a quem fôrem concedidos direito a comprar bilhetes ordinários, da classe designada naqueles, com redução de 50 por cento sobre os preços da tarifa geral.

Art. 28.º — Os bilhetes de identidade pessoais e intransmissíveis, serão autenticados com a assinatura do Director Geral que os concedeu e com o selo respectivo, devendo constar dêles o nome do funcionário, a sua categoria e a classe em que tem direito a viajar, e conter o retrato e a assinatura para verificação da identidade.

Art. 29.º — Os portadores do bilhete de identidade são obrigados a apresentá-los aos empregados encarregados da revisão.



Assinatura do portador,

4288



ÍNDICE

Prefácio	9
Uma abordagem histórica da Ciência Florestal	15
A Exposição Agrícola de Lisboa de 1884	21
As primeiras reuniões: as Conferências Florestais (1914-1917)	33
As Jornadas Florestais (1956-1960)	45
A fileira florestal de Portugal entre 1984 e 1986, um novo dinamismo	57
Da criação da SPCF ao primeiro congresso nacional	69
Um congresso nacional para definir uma política florestal	75
As excursões internacionais	79
A sociedade civil e a política florestal: a Lei de Bases de 1996	85
Epílogo. Práticas científicas, culturais e políticas	92
Bibliografia	96
Direções da SPCF	102
Cronologia	106





1º CONGRESSO FLORESTAL NACIONAL

CONVÍVIO



PREFÁCIO

Por ocasião do 8º Congresso Florestal Nacional, o primeiro que se realiza após um quarto de século de existência da Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais (SPCF), pareceu oportuno situar a criação e actividade da SPCF na sequência da necessidade que se vinha a sentir desde há muito de dar continuidade à acção de gerações de silvicultores que há muitas décadas vinham contribuindo para o conhecimento e evolução da Ciência Florestal em Portugal e para a sua internacionalização.

De facto, passaram já **mais de dois séculos** desde a publicação pela Academia Real das Ciências, em 1815, por José Bonifácio de Andrada e Silva, daquele que pode ser apontado como o primeiro trabalho de Ciência Florestal publicado em Portugal, a "Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal". A ênfase era particularmente nos pinhais dos areais da beira-mar analisando-se o "seu método de sementeira, costeamento, e administração", mas destacava-se já aí o papel da floresta como produtora de oxigénio e como sumidouro de dióxido de carbono, questões que vieram novamente a estar no centro das atenções em consequência das alterações climáticas.

Passou também **mais de século e meio** desde que se formaram na Academia Real de Tharandt, na Saxónia, entre 1857 e 1862, os dois primeiros silvicultores portugueses, Adolfo Moller e Bernardino



Barros Gomes. Em 1864 iniciava-se o Ensino Florestal no Instituto Agrícola de Lisboa. A atenção era então mais dirigida para a ciência do ordenamento florestal tendo sido Barros Gomes responsável pela elaboração dos primeiros Planos de Ordenamento Florestal entre os quais o do Pinhal de Leiria. Mas os conhecimentos de Barros Gomes permitiriam também que se elaborassem as "Cartas elementares de Portugal para uso das escolas" com fac-simile publicado com grande sucesso pela SPCF.

E passou **mais de um século** desde que se criou, no início do século XX, o Regime Florestal com a influência de silvicultores como Mendes de Almeida ou Joaquim Ferreira Borges, em que se acentuava o papel central das florestas na conservação do solo e da água. Criou-se nessa altura, em 1911, já com a República, o Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, destacando-se no Ensino Florestal o Professor Mário de Azevedo Gomes cuja oportuna biografia foi já produzida pelo autor deste livro. No ambiente Republicano organizavam-se, entre 1914 e 1917, as Conferências Florestais de que neste livro se dá boa conta.

Há meio século a Ciência Florestal consolidava-se. A conclusão de que grande parte dos solos do nosso País não possui aptidão agrícola contribui para que o sector florestal tenha sido desde há muito reconhecido como prioritário para a economia nacional. O Plano de Povoamento Florestal de 1939 faz essa leitura e a arborização com pinheiro bravo atinge uma dimensão extraordinária, processo que não foi pacífico num regime fortemente autoritário. A Investigação Florestal acompanha as necessidades dos tempos. Depois da Estação de Biologia Florestal são criadas nesta altura unidades regionais de investigação para o Pinheiro, o Castanheiro, o Sobreiro, unidades que se concentrariam na Estação Florestal Nacional após 1974. Vieira Natividade publica a Subericultura. A Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas publica a utilíssima série "Estudos e Informação". Os técnicos dos Serviços Florestais como Moreira





da Silva debatem os problemas da floresta nas Jornadas Florestais de 1956 a 1960. O Ensino Florestal autonomiza-se no Instituto Superior de Agronomia. A dimensão ecológica da floresta reaparece com toda a força com a influência de Professores como Santos Hall, António Manuel Azevedo Gomes e Carlos Baeta Neves, dinamizador da Liga para a Protecção da Natureza, cuja biografia foi também recentemente produzida pelo autor deste livro.

Há pouco mais de um quarto de século surge então a Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais. A abertura política na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974 criava novas realidades. A necessidade de descentralização e regionalização conduziu à criação de novas realidades no Ensino e Investigação Florestal em Institutos Politécnicos e Universidades, em Vila Real, Coimbra, Castelo Branco ou Bragança. A investigação sobre o Eucalipto desenvolvia-se no âmbito das empresas de Pasta e Papel. A nova Lei dos Baldios reconhecia o papel social da floresta em vastas áreas de propriedade comunitária. O debate político e técnico acentuava-se. Havia a necessidade imperiosa de um espaço de debate plural no seio da sociedade civil em que se equacionassem os problemas da floresta desde as questões de carácter político aos da transferência de conhecimentos entre a ciência e a técnica. Estavam criadas as condições para a criação da SPCF que se independentiza em 1990 da Sociedade Portuguesa de Ciências Agrárias que a tinha amavelmente acolhida desde 1984.

A Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais surge portanto na sequência normal do crescimento e democratização da Ciência Florestal. A sua primeira direcção como entidade independente em 1990 era constituída por Monteiro Alves, Caetano Velez e Teresa Cabral.

A Ciência Florestal não tem tido, no entanto, um percurso linear. Para os que, como os signatários deste Prefácio, trabalharam para o sucesso da Estação Florestal Nacional como componente





importante da Ciência Florestal em Portugal, é penoso assistir ao infeliz retrocesso da sua descaracterização enquanto Laboratório do Estado especificamente dedicado aos problemas do sector florestal. Também, com diferentes envolvimento, comungaram a esperança surgida no quadro da criação da Estratégia Nacional para as Florestas, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios e das concretizações daí decorrentes, tendo também aí assistido aos subsequentes retrocessos desanimadores. Estas percepções pessoais de avanços e recuos no sector florestal não permitem que os envolvidos façam uma leitura desapaixonada da história recente da Ciência Florestal.

Mas são sobretudo as histórias dos Encontros Florestais que antecedem a SPCF e o contexto da sua criação que são tema deste livro. Aproveitamos para dedicar uma palavra especial ao autor Ignacio Garcia Pereda na certeza de que o conhecimento que tem acumulado da história florestal portuguesa e a qualidade e independência das publicações já realizadas são a melhor garantia de que a obra agora terminada contribuirá seguramente para que o leitor interessado conheça melhor a história da Ciência Florestal Portuguesa, a criação da SPCF e os seus Congressos.

Finalmente é uma grande honra poder aproveitar esta oportunidade para deixar nesta introdução uma mensagem de respeito e agradecimento a todos os que têm contribuído ao longo dos tempos para a Ciência Florestal, tanto antes da constituição da SPCF como depois. E neste caso uma homenagem particularmente sentida de reconhecimento aos anteriores presidentes da SPCF, os Professores António Monteiro Alves, João Santos Pereira, Fernando Páscoa e Maria do Loreto Monteiro, uma excepcional floresta de muitas e diversas qualidades.

Maria Teresa Cabral & Francisco Rego





Pousada de São
Gonçalo, em
Anciaes, Amarante.
Almoço de home-
nagem oferecido
pelos funcionários
ao regente florestal
Miguel Reimão
Barbedo Pinto (CS)





MINISTÉRIO DA ECONOMIA-COMISSÃO REGULADORA DO COMÉRCIO DE CARVÕES

SER





UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA CIÊNCIA FLORESTAL

A silvicultura portuguesa, enquanto tema de estudo histórico, apresenta características peculiares, sendo um objeto vivo, dinâmico e presente. Um dos objetivos de estudo deste trabalho é a Comunidade Florestal portuguesa, desde meados do século XIX: Quem são os silvicultores e os engenheiros florestais portugueses? Qual a sua relação com os quadros materiais e cognitivos configurados com o processo de modernização? Como pensam e são percebidos no plano profissional? Como se relacionam entre eles?

A abordagem escolhida não visa o profissional da floresta do ponto de vista individual, mas na perspetiva de um grupo com uma identidade em comum. Um empenhamento face a um objetivo, interesses e formas de relacionamento comuns. Os “Congressos Florestais” são elementos cruciais de todo o processo de institucionalização dos silvicultores, enquanto grupo profissional. Os grandes debates, objetivos, orientações e interesses da silvicultura portuguesa confundem-se, nos últimos trinta anos, com a própria história da SPCF. Pode ver-se, por exemplo, nas páginas do seu órgão oficial, a “Revista Florestal”, uma parte significativa das relações entre a dinâmica e as rotinas técnicas, tornam-se perceptíveis ao estudar a história desta associação.





Na abordagem aos processos de construção dessa identidade profissional da silvicultura e da engenharia florestal, está subjacente a tentativa de identificar o papel de uma comunidade especializada na assimilação e reprodução dos conhecimentos técnicos, bem como a sua capacidade de tornar funcionais os canais de difusão de uma realidade tecnológica particular.

É interessante a história da gestão florestal como uma prática científica e como uma das áreas possíveis para entrar no estudo da história da ciência. O tempo de inovação é concomitante ao alargamento do conceito de fonte para a História, sobretudo para o período contemporâneo. Tendo a gestão do território criado valências diversas para caminhos específicos da História Social, da História Cultural e Política...

Este tempo de evolução, e por vezes de inovação, gerou ele mesmo uma História da Floresta com vários nomes e instituições. Refiram-se os casos de Neiva Vieira dos Serviços Florestais, Nicole Devy-Vareta da Universidade do Porto, Francisco Rego do ISA, Amélia Branco Dias do ISEG ou Maria Carlos Radich do ISCTE... Todos estes autores perceberam que a floresta, com a sua história, pode também ser terreno de uma área que ultrapassa o terreno disciplinar da história económica. Pode passar para o domínio da história da ciência e da história da técnica, integrando-as no âmbito da história da cultura científica. E hoje várias são ainda as perguntas em aberto que se podem colocar:

- Floresta e Silvicultores podiam entrar no mundo da “história da ciência” e da sua historiografia como objetos de estudo?
- As matas nacionais ou posteriormente privadas eram o espaço por excelência da profissionalização dos silvicultores, também agentes de vários saberes?
- A ciência florestal ia adquirindo carácter de internacionalização e de rede de contatos profissionais, por forma a obter estatuto





institucional que a fazia ser instrumento de progresso e modernidade essencial para os Estados do final do século XIX na Europa, ou melhor dizendo, para o mundo ocidental?

No fundo, pretende-se transpor algumas destas inquietações conceptuais e metodológicas da historiografia da Ciência para o campo da Floresta, sempre considerando a gestão deste espaço como um processo de práticas científicas. No âmbito de pesquisas realizadas sobre imprensa cultural e científica especializada, percebe-se que o campo da silvicultura nem sempre tinha a sua imagem coletiva solidificada num mesmo objeto, como uma Revista profissional ou um evento como um Congresso Nacional.



PLANTA PARCELLAR da MATA NACIONAL do VALLADO

segundo o inventario de 1852

Escala de 1:20000

Desenhada por { E Krumbiegel
G. Roeder
L. Theodor } em Tharand
segundo as instruções do ex chefe de divisão florestal

B. Barros Gomes

1468,53

Freguesia da Pederneta

para a Praia da Nazaré

Quinta do Campo

o Camarão

Monte

Agua das bellas

Monte das Meas

S. Bartholomeu

Dunas

Classes d'idade

Pinhal





Mapa da mata do Valado, assinado por Barros Gomes em 1882, com a ajuda de desenhadores da escola de Tharandt. Foi um dos seus últimos trabalhos (NV)



A rainha Amélia no pavilhão da exposição da Tapada da Ajuda (EN)



Um dos dois retratos conservados de Barros Gomes (EN)





A EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA DE LISBOA DE 1884

Domingo, 4 de maio de 1884. Inaugurava-se na Tapada Real da Ajuda a terceira Exposição Agrícola de Lisboa, que ficou aberta até ao mês de Julho. El-rei D. Luís e el-rei D. Fernando subiram a ala central de acesso ao palácio da Exposição, saudados com o hino nacional, pelas bandas marciais dos alunos do colégio de regentes agrícolas da Quinta Regional de Sintra.

A Exposição instalou-se, com o seu pavilhão, nas vertentes da Tapada Real da Ajuda, que quatro anos mais tarde acolheria também a Exposição Industrial Portuguesa. Estavam presentes membros da grande comissão executiva; o ministério, presidido por Fontes Pereira de Melo, do qual se destacava o ministro António Augusto de Aguiar, das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que era também presidente da Comissão Executiva da Exposição; e ainda numerosos membros das câmaras dos pares do reino e dos deputados da nação e do corpo diplomático, altos funcionários civis e militares e jornalistas.

Jornais nacionais e estrangeiros noticiaram o evento. O jornal de Madrid “La Iberia”, a 10 de maio publicou umas notas de José Carlos de Freitas Jacome:



Ilustração duma
revista florestal
francesa do século
XIX (EN)

No faltan atractivos al palacio de la Exposición dividido por dos galerías ornamentadas. El centro atrae desde luego la atención, y son tantos y diversos los objetos expuestos y tan abundantes los cereales y productos de la industria portuguesa en estos últimos años, que da gusto verlos y admirarlos.

De todas las tentativas de este género hechas en Portugal, la Exposición actual es un acontecimiento auspicioso y patriótico que demuestra el deseo y los esfuerzos de todos cuantos tomaron parte en la realización de un suceso que nos coloca en situación ventajosa a los ojos de los pueblos más adelantados en agricultura.

O Occidente e o Diário Ilustrado dedicaram-lhe também algumas das suas páginas. Júlio Borges, para O Occidente, comentou que o palácio lembrava o Trocadero de Paris, na sua galeria de curva elíptica e pelas suas três cúpulas. Fora do palácio, saindo pela escadaria ocidental, havia um anexo, “no estylo gracioso dos Chalets suissos”, onde estava parte do gado cavalgar com que concorreram ao certame os srs. Reynolds, de Estremoz. Na rua do parque, encontrava-se a Exposição Oficial agrícola e florestal:

as matas nacionais, a quinta regional de Sintra e o Instituto geral de Agricultura estão como entrelaçados no interior deste pavilhão. Em presença deste conjunto, sente-se a impressão agradável que sempre actua sobre o espirito quando se depara com as revelações da





intelectualidade levantada pelo próprio esforço até a compreensão do valor do mundo physico e das forças que o trabalham.

No dia 11 de julho O Occidente continuava a comentar a exposição das matas nacionais. O grupo central desta exposição,

formado pelo tronco de um pinheiro no qual está figurada a operação da geminação permite-nos observar o crescimento desta essência florestal, nos diferentes discos dispostos em ordem a formarem a base do mesmo grupo. Os produtos comerciais que a completam e tais como a resina amarela, o pez louro, a essência de terebintina e as bitolas das madeiras cabalmente atestam o valor industrial da exploração do pinheiro.

O estudo dos insetos parasitas do pinheiro bravo entrava no grupo dos trabalhos a que se tinha dedicado o silvicultor Sousa Pimentel. As madeiras indígenas e exóticas naturalizadas, representadas em amostras que permitiam apreciar as dimensões, a cor e a textura das diferentes essências, bem como alguns artefatos com elas fabricados, formavam a ornamentação em torno do perímetro desta parte do pavilhão. Complementando-a, podia ver-se a coleção de cartas topográficas das diferentes divisões florestais de Portugal e os inventários de algumas propriedades nelas compreendidas. A flora florestal portuguesa estava estudada em dois herbários, um colecionado pelo silvicultor Barros Gomes e por A. R. Cunha, e outro da mata do Buçaco, feito pelo “conductor florestal” Francisco Loureiro.

Para informação mais detalhada, constituiu-se como vector officioso a Revista da Exposição Agrícola de Lisboa, com nove números e colaborações de destacados técnicos da época. Dois silvicultores participaram nesta revista: Bernardino de Barros Gomes (1839-1910) e Carlos Augusto de Sousa Pimentel (-1912). Teria sido precisamente com o regresso de Barros Gomes, da Alemanha, em 1863, que se iniciara, em Portugal, a prática da silvicultura segundo parâmetros adoptados pela comunidade florestal internacional, com a realização de trabalhos em larga escala, convenientemente planeados e com objetivos bem definidos (Pereda, 2017).





Barros Gomes e Pimentel formavam o núcleo principal dos serviços florestais, que na altura contava ainda com um número muito reduzido de engenheiros. Entre eles, apenas se podem mencionar: Pedro Roberto da Cunha e Silva (nascido em 1848, nos serviços desde 1870), Joaquim Ferreira Borges (nascido em 1858, tinha estudado em Tharand entre 1878 e 1881, ano em que ingressou nos serviços), Júlio Mário Viana (nascido em 1860, silvicultor pelo Instituto de Agricultura de Lisboa, nos serviços desde 1883), e João Pimenta Raposo e Henrique de Mendia (silvicultores pelo Instituto de Agricultura de Lisboa em 1880). Outros silvicultores formados em Tharand (Adolfo Frederico Moller em 1862) ou Nancy (João Maria de Magalhães em 1863) acabaram por trabalhar noutras instituições: o primeiro no jardim botânico de Coimbra e o segundo no exército.

Os engenheiros silvicultores não contavam, ainda, com a ajuda dos regentes silvícolas. A escola de regentes agrícolas de Sintra, criada em 1862 na Quinta da Granja do Marquês, não incluía nenhuma formação em silvicultura. Só em 1886, com o novo Plano de Organização do Ensino Agrícola e Veterinário do ministro Emídio Navarro, foi criada uma nova escola de regentes agrícolas em Coimbra, onde, entre 1886 e 1891, foi professor o silvicultor António Mendes d'Almeida (1867-1937). Nestas escolas formar-se-iam destacados regentes florestais, como Tude Martins de Sousa (1874-1951).

Os silvicultores, ainda sem os regentes, eram a base para a construção de um serviço florestal nacional, com as condições requeridas já por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), algumas décadas antes (Silva, 1815, 179):

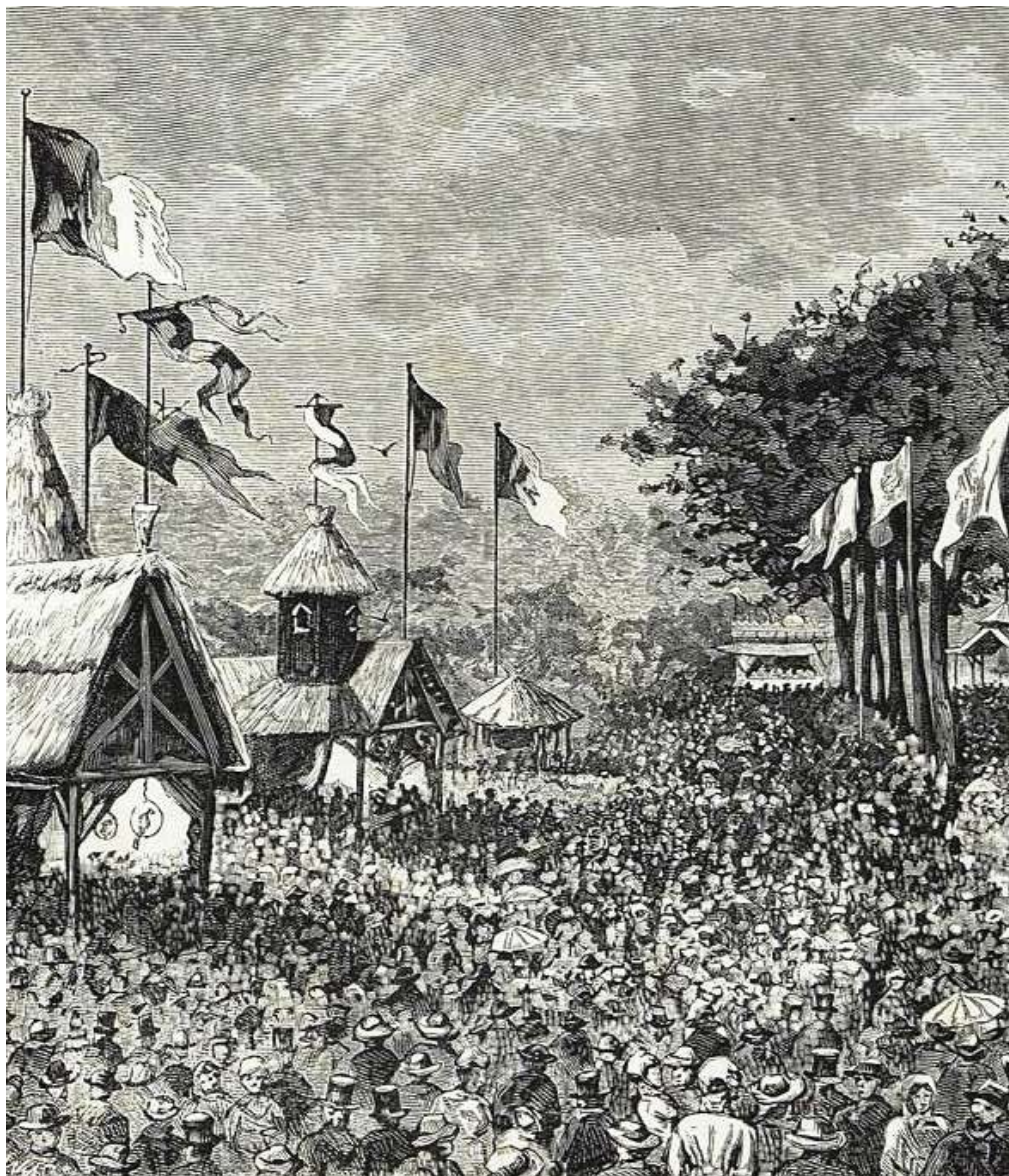
Nada se conseguirá, se os officiaes, além dos conhecimentos práticos e essenciaes da Sciencia Florestal, não souberem a Arithmetica e Geometria necessárias; e não tiverem também alguns princípios de Desenho. Sem estes conhecimentos mal poderão executar as ordens que receberem; bem compreender cabalmente as miúdas





O Pinhal de Leiria
em 1881, dividido em
talhões por Barros
Gomes em talhões
(EN)

venta de 4:60.000



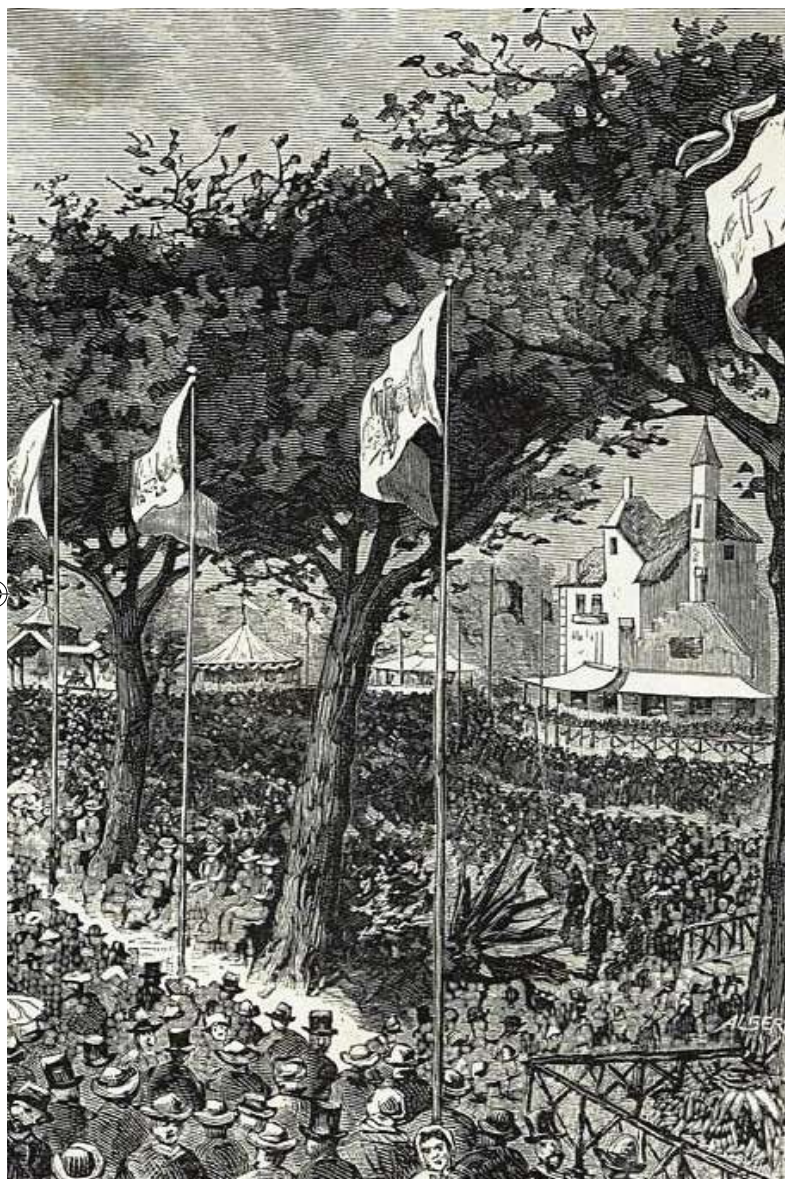


Imagem da revista
O Occidente sobre a
exposição de 1884
(EN)





instruções que lhes deverá dar o Director Geral, para bem das sementeiras e plantações, sem aumento, conservação, e aproveitamento futuro; para a guarda e policia dos bosques; e finalmente para se regular a contabilidade de toda a Administração. De outro modo como farão pelo tempo adiante os mapas? A divisão dos côrtes e courellas? A avaliação material e pecuniária dos existentes e das derrubadas? Como escolherão e sortearão as madeiras e lenhas? E como venderão com lucro os productos Florestaes? Em uma palavra como haverá economia, acerto, e regularidade em toda esta importante Administração?

Em 1884, tratava-se ainda de um serviço muito pequeno, que constituía uma secção especial da repartição de agricultura do Ministério das Obras Públicas, e que estava dividido em três divisões florestais: norte, centro e sul. A principal era a segunda, onde se destacava a maior mata nacional do país: a mata de Leiria.

O artigo de Barros Gomes na Revista da Exposição, dedicado à mata de Leiria, é um excelente ponto da situação sobre os SF, depois de vinte anos de trabalho em Portugal. De facto, foi o último texto científico deste silvicultor, que se tinha demitido da função pública semanas antes, para ingressar na vida religiosa. De muitas maneiras o artigo é uma homenagem aos trabalhos dos SF naquela mata:



Ex-libris do silvicultor Arala Pinto (EN)





Bastaria um milheiro de matas assim para cobrir de denso arvoredos o nosso território na península. E do alto da gávea do seu grande mastro de vigia, na Bella Vista, admirei por vezes os seus 17 quilómetros ao longo da costa, aparecendo como uma linha imponente de arvoredos, em formatura de parada, dóceis às regras da silvicultura systematica, que ali as perfilou para resistirem às ondas d' areia, que nascem na orla marítima e crescem, e avançam, ao sopro rijo dos ventos costeiros, devastando o paiz indefeso.

Barros Gomes quis fazer um resumo dos quatro anos de trabalhos na mata, desenvolvidos entre 1879 e 1883. Novas medições, extremamente precisas, graças ao “methodo das polygonações a partir de pontos triangulados”, que permitiram a abertura de mais de 300 quilómetros de alinhamentos abertos na espessura dos arvoredos, e mais de 300 marcos metidos nos seus cruzamentos, a fim de obter de toda a mata “um inventario methodico.”

Allemao no methodo todo este trabalho e portuguez na execução, com excepção dos desenhos coloridos que por comodidade particular foram executados na Allemanha, mesmo pela pessoa da escola de Tharand, onde o ensino d' este género é dado com esmero (Gomes, 1884, 350)

Com a série dos trabalhos descritivos do pinhal de Leiria completa (com a medição da área total de 11.311 hectares), levou-se a cabo outro trabalho mais difficil: a redacção de um plano de ordenamento, isto é:

de um plano que designe para o decénio de 1884/93 a série toda de operações de corte que tenda a realizar uma boa constituição de todos os arvoredos, atenuando ou suprimindo os defeitos da actual, que a alguns respeitos é das mais anormais.

Outro dos silvicultores que mais tarde foi responsável pela gestão do mesmo pinhal, António Arala Pinto (1888-1959), foi possivelmente o melhor analista dos trabalhos de ordenamento de Barros Gomes. Se nos trabalhos cartográficos se tinha feito uma boa medição do território, as medições do ordenamento, com ajuda



das “tabelas de produção” de Tharand, conseguiram calcular o número de metros cúbicos de madeira que o pinhal crescia por ano e, portanto, os metros cúbicos que se podiam cortar por hectare e por ano, o que totalizou 5.64 metros cúbicos (Pinto, 1939, 47). Nos 9.300 hectares arborizados, o juro do capital lenhoso era de 51.150 metros cúbicos, que é a “possibilidade” do pinhal, um dos conceitos chave da cultura florestal, ou seja, “o volume de madeiras e lenhas a abater por ano (Gomes, 1862).”

Outra novidade implementada por Barros Gomes refere-se à localização dos cortes. Se o agrónomo José Carlos de Menezes Alarcão, gestor do pinhal na década de 1860, localizava os cortes anuais em um ou dois pontos do pinhal, Barros Gomes dividiu a mata em 16 grandes partes denominadas séries, “dum pinhal único fez 16 pinhais distintos (Pinto, 1939, 52).” No entanto, nem todas as séries eram iguais. As duas mais próximas ao mar, em toda a extensão da costa

eram a segurança do arvoredor do interior, a segurança da areias, a coluna de choque contra os ventos mareiros, e foram designadas por séries de abrigo. Só nestas superfícies abrigadas, onde se encontram os pinheiros serpentes e achaparrados, foi consentido o corte em jardinagem, para eliminação de uma ou outra árvore seca, atacada pelos insetos, apodrecida pelo cogumelo ou decrepita (Pinto, 1939, 52).

Espaço privilegiado para a difusão do progresso na silvicultura, as Exposições agrícolas foram um dos fenómenos que marcaram a afirmação da sociedade no século XIX. Sendo visitadas por um público diferenciado, estas reuniões facilitaram a adesão às novas técnicas e tiveram um papel determinante na divulgação dos progressos técnicos.

Nestes concursos entram em competência as propriedades rurais. Uma nobre emulação entre os proprietários, que os incita a imitar, a reproduzir, a inventar o que há de melhor para cada género de serviço rural, não tanto pelo engodo do prémio, como pela ambição de se verem incluir nesta espécie de livro de ouro da agricultura





[...] a fraternidade da classe dos agricultores, sucessos que de este modo forçosamente nascem, acordam, estreitam-se, pondo em comunidade as ideias, os interesses e os esforços de todos os que arrancam da terra os elementos da manutenção das sociedades (Lapa, 1876, 174).

A exposição agrícola de 1884 foi um espaço de afirmação da nova silvicultura científica, depois de 20 anos de trabalhos de Barros Gomes em Portugal. Foi onde Barros Gomes procurou divulgar o progresso que os serviços florestais tinham conseguido em várias matas nacionais. A exposição surgiu como uma oportunidade para dar a conhecer o trabalho dos SF, uma pequena comunidade, ainda com poucos silvicultores e sem regentes.



Silvicultores e regentes florestais, participantes nas confências florestais de 1916 (Sousa, 1919).

No primeiro plano, de esquerda para a direita: Nunes Meyer, Ferreira Junior, Carlos Eugénio Oliveira Ferreira Carvalho, José Augusto Fragoso, Silva Martins, Cunha e Silva, Luís Maria de Melo e Sabbo, Ferreira Borges, António Mendes de Almeida, Tude de Sousa, Manuel Alberto Rei, Nunes Correia, Eduardo Augusto Frazão.

No segundo plano: Cerqueira Machado, Miguel Reimão Barbedo Pinto, Guilherme Felgueiras, Evaristo da Silva, Júlio Mário Viana, Barros Virgolino, Egberto de Magalhães Mesquita, Eduardo Augusto Lacerda, Rocha, Melo Figueiredo.





AS PRIMEIRAS REUNIÕES: AS CONFERÊNCIAS FLORESTAIS (1914-1917)

Em 1914, a implantação do coletivo silvícola, quer a nível nacional quer a nível europeu, começava a ser significativa. Nesta altura, o número de silvicultores do Corpo Florestal do Estado, em Portugal, elevava-se a 10 (apoiados por mais de 300 guardas). O reconhecimento de um corpo de engenheiros silvicultores enquanto grupo distinto da estrutura agronómica tornava-se imprescindível, à medida que os trabalhos públicos nas matas nacionais assumiam uma dimensão fundamental nos projetos de modernidade nacional. Por isso, os silvicultores reivindicaram a autonomia da sua área e do seu campo de trabalho.

Desde o regresso de Barros Gomes a Portugal, em 1863, os silvicultores em Portugal começaram a criar ligações com os grupos de florestais estrangeiros, em países como Espanha, onde em 1868 já havia uma revista florestal regular. A afirmação dos silvicultores no espaço nacional era enriquecida pelos contatos com sociedades estrangeiras, o que funcionava como sinal de reconhecimento distintivo. Um reconhecimento que, em termos externos, integrava os florestais portugueses numa comunidade mais vasta, cuja influência se fazia sentir à escala mundial. O estabelecimento de



laços formais com grupos congêneres revestia-se, assim, de uma importância fundamental. E a troca de revistas desempenhava um papel relevante nesta estratégia de consolidação socio-profissional.

Estas ligações facilitavam a atualização e a divulgação de conhecimentos. O Instituto Superior da Agronomia (ISA) recebia os principais jornais florestais que na altura eram publicados a nível europeu, bem como algumas obras monográficas. Refiram-se, como exemplo, a *Révue des Eaux et Forêts* (desde 1864) ou a *Revista Forestal, Económica y Agrícola* (desde 1868), de Madrid. O estudo sistemático das publicações recebidas por esta e outras instituições poderá contribuir para perceber a forma como, no século XIX e XX, Portugal se integrou no processo de “mundialização da ciência florestal”.

Neste contexto, foi significativa a presença do silvicultor António Mendes de Almeida (1867-1937) em eventos como o Congresso Internacional Agrário de Madrid, de 1911, onde apresentou um trabalho sobre os trabalhos florestais lusos (Almeida, 1911). No palco internacional ressalta o itinerário deste silvicultor, que ingressou nos serviços florestais de Portugal em 1886 (Resina & Neiva, 1993, 109). O contacto entre os homens da ciência florestal era fundamental para assegurar um desenvolvimento assente em princípios científicos, e na sua criteriosa aplicação prática.

Procurando influir no desenvolvimento económico do país, os silvicultores (professores no ISA ou não) aplicavam parte das verbas de que dispunham em: publicação de memórias e manuais, descrições e desenhos de máquinas, criação de uma biblioteca florestal, aquisição de sementes e de máquinas que importavam do estrangeiro e que, nalguns casos, distribuíram pelas herdades e florestas onde podiam ter maior aplicação. Na segunda metade do século XIX foram criadas várias Sociedades que tinham como finalidade promover o desenvolvimento das atividades económicas e, como tal, incluíam entre os seus principais objetivos a divulgação





Visita de estudantes
do ISA, em 1935, ao
Parque da Pena, em
Sintra, na companhia
de três professores:
Azevedo Gomes,
Mendes de Almeida e
Santos Hall (BN)

científica e tecnológica. Entre estas destacou-se a Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (1860). A importância crescente dos engenheiros na edificação de infra-estruturas públicas, a par da sua participação mais ativa na vida política e económica do país, foram fatores que determinaram a criação da Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses (1869). Esta procurou assumir-se como um espaço de divulgação e discussão de conhecimentos técnicos e dos progressos que a engenharia ia conhecendo. Barros Gomes foi um dos seus primeiros sócios.



Mas foi após 1911 que os coletivos, vocacionadas para terem um papel ativo no desenvolvimento da prosperidade pública, conheceram um novo desenvolvimento. Com base na Lei nº 26, de julho de 1913, são instituídas as Conferências Florestais. Com “um grande fim moral, educativo e útil”, estas iriam permitir a todos os funcionários florestais apresentar os seus trabalhos, opiniões e dúvidas, debater ideias e projetos e sentirem estímulo para progredir. Destas resultaram inequívocos benefícios para a ação dos Serviços Florestais e para o País. Realizaram-se quatro Conferências Florestais: a primeira em abril de 1914 em Lisboa (no Ministério do Fomento), com as atas publicadas no Boletim da Direcção Geral de Agricultura do Ministério; a segunda em 1915, na Marinha Grande; a terceira em 1916, no Gerês; a quarta em 1917, no Buçaco.

Estas conferências caracterizavam-se pela procura de uma reforma e modernização dos Serviços Florestais e de definição de uma estratégia comum que a todos envolvesse, pela aposta na ciência florestal e na qualidade da silvicultura, e ainda no desenvolvimento da investigação e da experimentação. No relatório da excursão à serra do Gerês, em 1916, destacava-se “a caravana de automóveis, conduzindo quantos funcionários das matas ali iam, na maior comunhão de interesses pelos serviços em que mourejam, trocar ideias, discutir assuntos, estabelecer votos pelos progressos e pelo futuro da silvicultura portuguesa.” (Sousa, 1919, 57). A comunidade florestal fez mobilizar, para as montanhas desta serra do interior, as atenções da comunidade científica nacional. Um acontecimento excecional para esta comarca.

A generalização da leitura de obras de carácter técnico foi um fenómeno tardio, que os silvicultores procuraram colmatar com a publicação das memórias das suas reuniões nacionais. Estes relatórios funcionavam como um espaço aberto para a divulgação de inovações. A sua publicação abria uma via pela qual as invenções se podiam tornar inovações e estas devidamente difundidas e





reproduzidas. O conjunto de relatórios destes quatro congressos é uma obra que revela, de forma inovadora, como se assume, então, a silvicultura. Na definição da profissão é já muito clara a presença das dimensões cognitivas, onde as fronteiras do território do engenheiro silvicultor são claramente traçadas, distinguindo-o de ocupações afins, como a agronomia, e permitindo a sua identificação em termos de singularidade.

Neste grupo de congressos úteis à Nação e ao Estado — sob o ponto de vista da retórica e da ideologia cultural — encontram-se áreas com fortes tradições científicas internacionais, na construção das nacionalidades de 1900 (Nunes, 2003), na Europa e na América: Arqueologia, Ciências Coloniais, Antropologia, Ciências Naturais e Medicina Tropical. Eram redutos do saber fáceis de combinar com ciência e nação, com retóricas de discurso de ciência e pátria para Portugal e suas colónias. Envolviam as Universidades, a Academia das Ciências de Lisboa e as demais instituições científicas.

Julga-se também ser pertinente ter em conta a geografia institucional dos membros desta comunidade científica florestal no interior do país: Marinha Grande, Gerês, Buçaco, com diferentes configurações. Mas esta trilogia dos lugares que protagonizaram a sede da rede de troca de conhecimento, é um dos dados de longa duração da história florestal do Portugal Contemporâneo. Ao Instituto Agrícola de Lisboa — produto da legislação de 1852 — juntaram-se vários gabinetes científicos e espaços de laboratório e de produção de saber de jornais científicos. Sem esquecer ainda a Sociedade de Ciências Agrárias de Lisboa (criada em 1903), um espaço de sociabilidades científicas agrárias, ideológicas e políticas.

Cada congresso tinha sempre um programa estruturado, com os respectivos "Comptes rendus." Simultaneamente, era acompanhado de um corolário de atividades culturais, sociais e políticas e de um capital simbólico que se projetavam depois no universo informativo, que ia do domínio especializado até ao genérico jornal diário. A



realização destes quatro congressos florestais foi relevante política e ideologicamente, quer para a afirmação do Estado republicano, quer para a comunidade florestal, que foi capaz de negociar redes de contatos, de modo a viabilizar realizações científicas no espaço nacional. Este movimento pode ser equacionado como um sintoma da existência de redes científicas, na viragem do século XIX para o século XX, no contexto do republicanismo. Pretendia ver-se esta organização de grandes acontecimentos de trocas de ideias, de debates científicos, de cosmopolitismo cultural, social e humano, como uma prática de modernidade de grande impacto. Um corolário normal para eventos científicos que casavam habilmente Nação e Ciência, num tempo de afirmação nacional e patriótica.



Ilustração do pintor
Roque Gameiro
(1894-1935) (NV)



A **Conferencia Florestal de Gerês**, de 1916, tem uma relação direta com outro evento, onde Tude Martins de Sousa teve um lugar principal. Em 9 de Março de 1913 o regente fora o responsável pelo discurso principal de uma Festa da Árvore, celebrada com os alunos da escola de instrução primária das Caldas do Gerês.

Em Portugal, o culto da árvore teve início antes do fim da monarquia (em 1907) e foi apoiado pelo novo regime que se seguiu. A República procurou conferir ao culto da árvore o significado de festa nacional, pelo que se comemorou, pela primeira vez, em todas as escolas do país, a 9 de Março de 1913, um domingo. Através da festa, os cidadãos eram impregnados do espírito republicano.

A Festa da Árvore consistia numa sessão solene em que era explicado o significado da festa, com palavras repassadas de carinho às árvores. Recitavam-se versos e cantavam-se canções patrióticas durante a marcha, que decorria desde a escola até ao local onde eram plantadas as árvores, que eram tidas como elos de ligação entre o tempo passado e o tempo vindouro: “os vossos alunos, já homens, virão trazer à vossa velhice, cheios de reconhecimento, como vinham os servos dos patriarcas bíblicos, as mais formosas primícias dos seus pomares (Natividade, 1913, 30).”

Cabia aos SF a concessão das árvores dos viveiros do Estado necessárias para a festa, que eram transportadas em malas dos correios por caminho-de-ferro e conduzidas às várias freguesias do país que as requisitavam, como serviço público. Segundo O Século Agrícola de 14 de dezembro de 1912, a árvore escolhida a nível nacional para ser plantada no dia da festa seria a Amoreira Branca; uma árvore de fácil cultivo de norte a sul do país e que contribuía também para o incremento da cultura da seda (dado constituir a base da alimentação da lagarta produtora desse fio natural), numa explícita alusão à iniciativa do Marquês de Pombal que, no século XVIII, havia mandado plantar essa espécie de árvores, com o objetivo de fomentar a sericicultura.





O dia da festa atingiu tal importância que os discursos proferidos em algumas escolas do país foram mesmo motivo de publicação. Nas Caldas do Gerês, coube ao regente florestal falar sobre o significado da árvore, tendo começado por salientar a riqueza da árvore como matéria-prima, como elemento embelezador da natureza e purificador do ar, entre tantas outras funções com que acompanha o homem desde o nascimento até à morte, inclusivamente, servindo-lhe de berço e de caixão. Mas, acima de tudo, o discurso do regente apelava ao amor às árvores, porque amando-as, amava-se a Pátria.

Da junção de elementos com raízes na tradição popular mais democrática resulta o simbolismo da árvore. O culto da árvore, como prática simbólica, destinava-se à socialização política dos cidadãos. Como diz Sousa,

Como na Hollanda, os lavradores do Villar da Veiga reúnem à sombra das carvalheiras seculares da Moldeira, e alli discutem os interesses comuns da freguesia; como na Hollanda, os lavradores de Covide, de S. João de Campo, deliberam sobre contendas, sobre gados, sobre usos e servidões; como na Hollanda os vizinhos de Villarinho da Furna resolvem em discussão comum quando se lavrará, semeará e colherá; quando se taparão os campos e quando se soltarão as aguas (Sousa, 1913, 25).









Visita dos técnicos das Jornadas Florestais de 1958 às Fisgas de Ermelo, Serra de Alvão, em Mondim de Basto. Ao centro Filipe Frazão, Diretor-Geral (CS).





AS JORNADAS FLORESTAIS (1956-1960)

As reuniões regulares dos funcionários dos Serviços Florestais não voltaram a repetir-se até à segunda metade da década de 1950. Por esta altura, as reuniões “não tinham um cunho acentuadamente científico, mas com elas se pretendia, primeiro que tudo, discutir e sugerir meios de trabalho que tornassem mais eficientes ainda os Serviços Florestais”. As primeiras Jornadas foram celebradas em Lisboa, em 1956. Em 1958, nas Jornadas celebradas em Amarante, cerca de duas centenas de técnicos estudaram e discutiram mais de cinquenta trabalhos e, “nalguns casos, a discussão foi viva.” (Moreira, 1958). Nestas reuniões discutiam-se temas pioneiros, como a proteção das matas contra os fogos.

As terceiras Jornadas foram celebradas em Manteigas, em junho de 1960. Nesta ocasião, o relatório publicado na Gazeta das Aldeias foi assinado pelo silvicultor José Joaquim Moreira da Silva (1923-2007). Mais uma vez, cerca de 200 técnicos juntaram-se durante cinco dias, num “excelente auxílio para o conhecimento mais profundo das tarefas de cada um e [que] contribui, com certeza, para um melhor ajustamento da máquina florestal” (Moreira, 1960, 570). Na sessão de encerramento, o Secretário de Estado da Agricultura louvou os que promoveram, em 1956, “o ressurgimento do espírito que norteou a instituição das conferências definidas pela



Jantar de gala no
Hotel do Buçaco
(NV)







lei de 1913.” No desempenho de funções políticas, o agrônomo Luís Quartin Graça (1907-1968), não deixou de sublinhar que, 50 anos depois, os meios eram muito melhores; os Serviços Florestais já contavam com 300 silvicultores e regentes florestais (uma diferença notável relativamente aos 10 silvicultores e 13 regentes, do tempo das primeiras Conferências). O restabelecimento de um fórum nacional contribuiu significativamente para a inclusão do tema florestal nas agendas políticas nacionais. Assumia-se que a silvicultura era uma boa aposta para ultrapassar as debilidades estruturais de muitas zonas rurais do país.

Nas Jornadas de Manteigas esteve presente um estudante de silvicultura do ISA, Luiz Silveira Whytton da Terra, que acabaria os estudos em 1963. Este publicou, então, um artigo na revista *Agros*, órgão da associação de estudantes do ISA. No seu entender, o técnico florestal

vive em geral num certo isolamento... é pois natural que sinta a necessidade de se encontrar de tempos a tempos com outros colegas que passam pelos mesmos transe e apresentar-lhes as suas ideias, ouvir em troca as dos outros, tirarem as suas conclusões.” Estas circunstâncias ajudaram a criar um “forte espírito de classe, capaz de justificar a expressão “família florestal”, que com frequência se ouve (Terra, 1960, 154).

Neste congresso excepcional — em termos de localização e de época — tem que se dar importância ao programa social, à cobertura nacional e jornalística e aos debates científicos centrados no Estado Novo e na Silvicultura: um programa de técnicos em ação, enquadrados pelo poder do Estado Novo, que legitimou os trabalhos como “congresso científico”. Uma retórica independente de suportes ideológicos, que acabava por servir os projetos de construção de redes e de troca de saberes, primordial objectivo das jornadas e dos seus promotores. O ritmo de participação e a organização regular de congressos e outros eventos profissionais apresentavam-se como um traço de permanência entre a República e o Estado Novo.





Por outro lado, a sede dos SF em Lisboa funcionava, na década de 1960, como um “centro de cálculo”, composto por uma série de “centros” subsidiários dedicados à compilação e recombinação de diversos tipos de dados (Mota, 2007), com vista à sua conversão em “inscrições”, tais como mapas florestais e estruturas materiais, como caminhos e aceiros. O advogado Mota Pereira de Campos, secretário do Estado de Agricultura em 1962, resumia assim os trabalhos dos SF nos 25 anos anteriores:

francamente animadores: arborizaram-se – recorrendo predominantemente ao pinheiro bravo - cerca de 200.000 hectares; abriram-se mais de 1000 quilómetros de caminhos florestais que satisfazendo as necessidades da instalação e exploração das matas têm também prestado estimáveis serviços às populações serranas e ao turismo nacional; construíram-se milhares de quilómetros de linhas telefónicas; instalaram-se sedes de circunscrições e administrações florestais e construíram-se muitas centenas de casas de guarda e postos de vigia (Campos, 1962, 4).

É nos discursos políticos que se pode perceber a verdadeira dimensão dos SF. Em 1964, o silvicultor Mário Galo, nos debates parlamentares, referia que para os 283.000 hectares arborizados, cuja gestão era responsabilidade direta dos serviços, contava-se

somente 1698 pessoas, desde o director-geral até ao elemento de menos categoria no conjunto do quadro efectivo dos contratados e dos meros assalariados. Isto, naturalmente, com exclusão dos guardas florestais auxiliares, que fazem serviço de simples polícia, mas nas propriedades particulares, embora submetidas ao regime florestal. E isso nos dá o seguinte índice de cobertura humana dos perímetros e matas nacionais da metrópole submetidos aos cuidados técnicos e administrativos dos serviços florestais e aquícolas: 1 pessoa para cada grupo de 325 hectares.

Pouco a pouco, os contextos científicos e culturais nacionais permitiram a emergência de uma nova cultura científica e, em particular, de uma “cultura florestal portuguesa”. Como um artefacto da história, a silvicultura de Portugal não é, e já não era na década de 1960, similar às desenvolvidas noutros países do Sul da Europa,



como a Espanha ou a Itália. Não é uma questão de nacionalidade (Knell, 2000, 12), mas uma maneira de distinguir diversos centros de produção. Depois de 80 anos de história, Portugal desenvolveu a sua própria identidade silvícola, em termos de práticas e instituições.

Houve também um relativo consenso sobre a utilidade dos fenómenos de internacionalização da ciência e da técnica florestal portuguesa, que permitiu que se intensificassem medidas para incrementar o contato com o estrangeiro. Uma delas foi a aposta na participação em congressos internacionais, como foi o Sexto Congresso Florestal Mundial, celebrado em Madrid em 1966, que







contou com a participação de um grupo de florestais lusos, entre eles, as duas primeiras silvicultoras: Natalina Ferreira dos Santos e Arlinda Leal Franco. O congresso de Madrid não se limitou à apresentação e discussão de comunicações, sendo acompanhado de variadas iniciativas, desde a realização de excursões (uma delas em Portugal) à apresentação de exposições temáticas, para divulgação de novas tecnologias. Em Madrid, o problema dos incêndios florestais recebeu um destaque preferente; na exposição do congresso foi exibido o primeiro “camión auto-bomba todoterreno, um Berliet de gasolina com cisterna de 3.000 litros.” (Velez, 1999). O governo luso não se alheou das vantagens políticas trazidas por este tipo de diplomacia científica e cultural. O interesse da comunidade florestal portuguesa em participar nestes encontros contribuiu para o alargamento do grupo socio-profissional e da sua influência no contexto internacional.





A análise da presença portuguesa nas atividades de um reputado organismo internacional, como era a Food and Agriculture Organization (FAO), constitui outro interessante estudo de caso que permite perceber as dinâmicas em presença, as vantagens e os desafios da participação nacional neste tipo de foros. De facto, em 1958, Joaquim Vieira Natividade foi eleito vice-presidente do grupo Silva Mediterrânea da FAO. E, entre 1963 e 1967, José Lagrifa Mendes trabalhou como “forest expert” na FAO, tanto na sede principal de Roma como na recentemente criada escola florestal do Paraná, no Brasil.

Para perceber como a cultura florestal portuguesa fez semelhantes progressos, é preciso observar outros fenómenos, já que a vitalidade florestal nacional neste período era devida em boa parte a “mecanismos invisíveis.” Os diversos atores de cultura florestal encaravam-na com olhares diferentes. Havia, ainda, cada vez mais, uma particular simbiose entre os silvicultores e os proprietários florestais, sobre tudo depois da criação do Fundo de Fomento Florestal, em 1963.





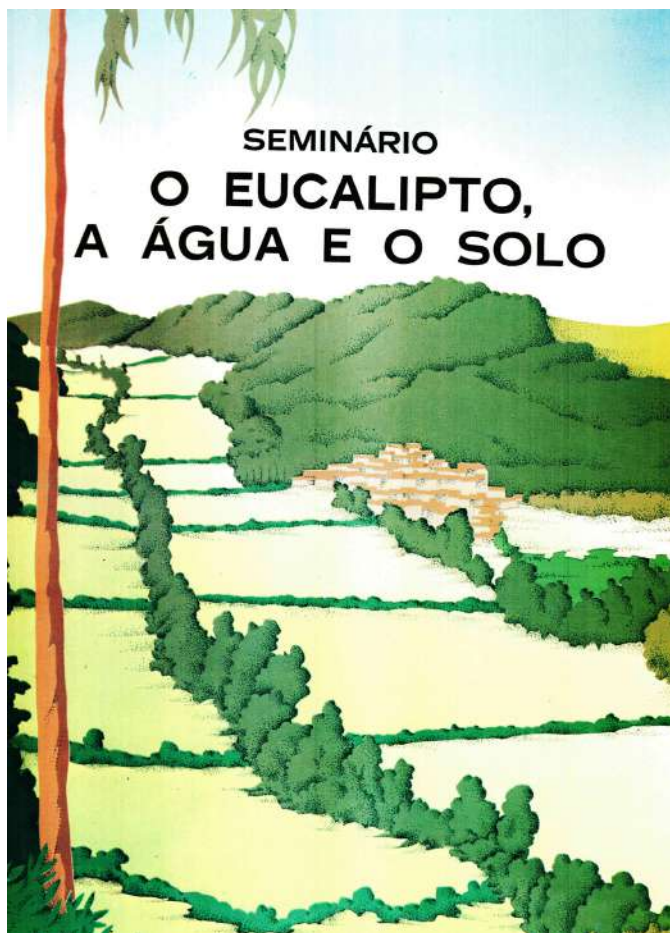




A FILEIRA FLORESTAL DE PORTUGAL ENTRE 1984 E 1986, UM NOVO DINAMISMO

Tinha-se comentado, no capítulo anterior, a existência da Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal (SCAP), com estatutos aprovados em abril de 1902 (Frazão, 2012), e suas primeiras instalações cedidas pela Real Associação Central de Agricultura, no lisboeta largo de São Carlos (passando para a rua da Junqueira apenas em 1973). Esses Estatutos conferiam à Sociedade, tendo em vista a prossecução dos seus fins, a organização de actividades técnico-científicas, bem como a defesa, sempre que necessário, dos interesses profissionais dos seus associados. Isto é, agrónomos ou silvicultores formados pelo ISA. Durante mais de oito décadas, a SCAP foi o lugar de encontro e debate para os silvicultores lusos. Várias figuras da silvicultura nacional chegaram a ocupar postos na direção desta sociedade, como foi o caso do professor Mário de Azevedo Gomes em 1924, e do agrónomo e silvicultor Joaquim Vieira Natividade em 1961.

Em 1984, na secção de silvicultura da SCAP, decide-se criar uma sociedade autónoma dedicada aos temas florestais. A SPCF tem como primeiro presidente, na sua fase de implementação, António Alberto Monteiro Alves (1931-2015), homem ligado, durante anos,



Cartaz de um dos
primeiros seminários
da SPCF (NV)

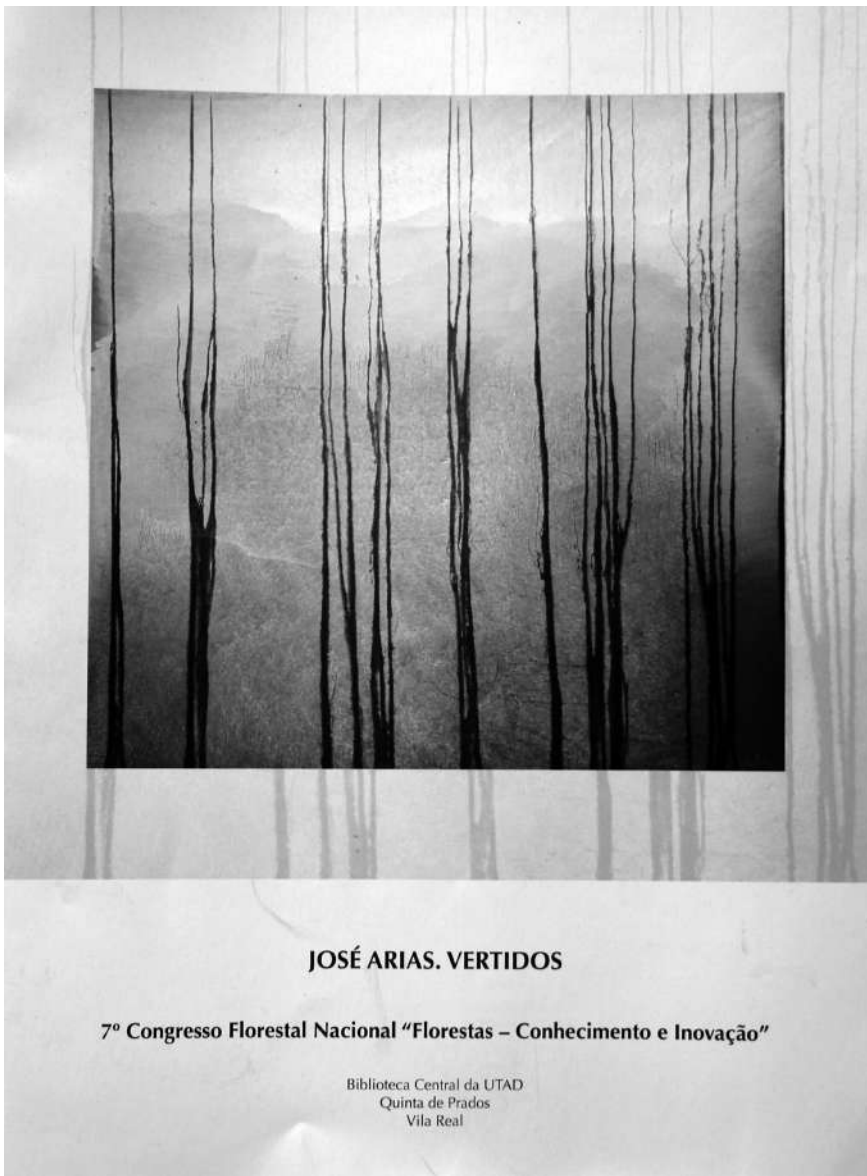


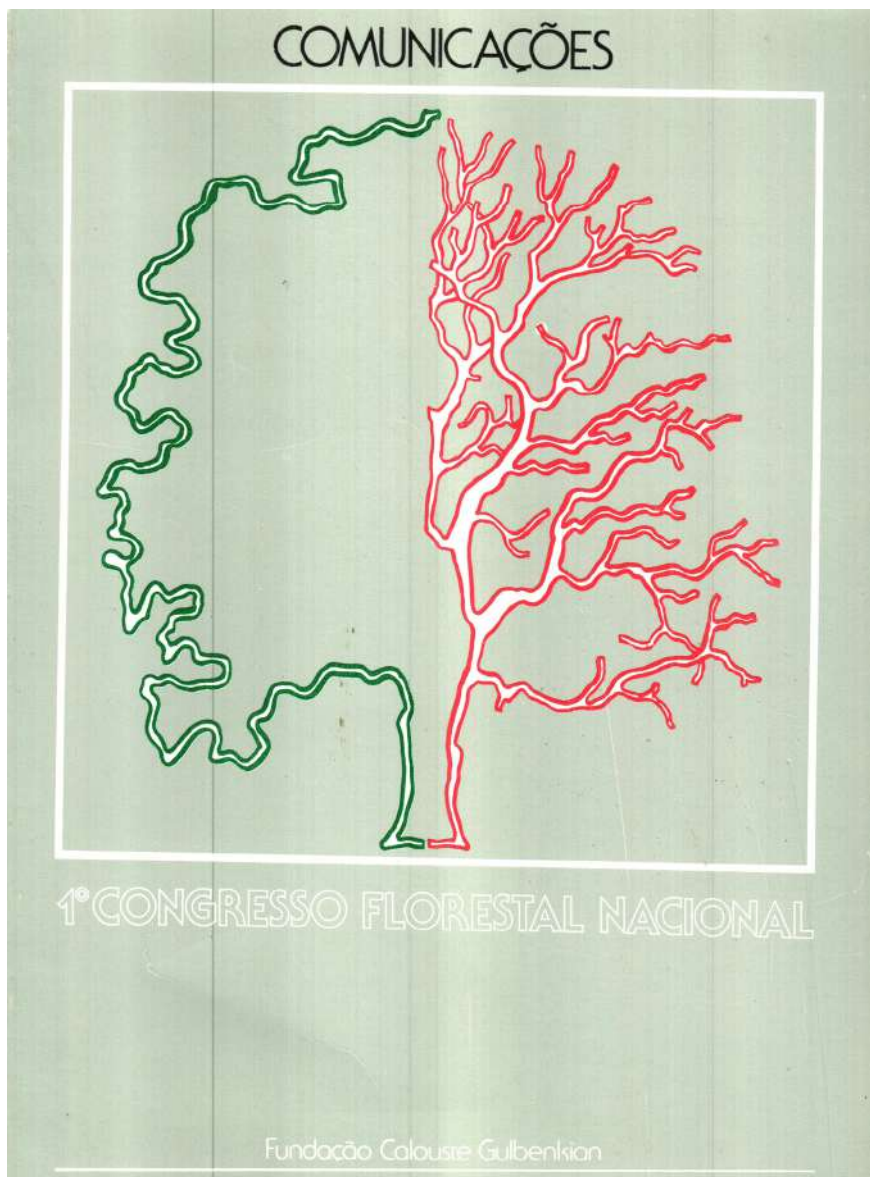


ao Fundo de Fomento Florestal (presidente do Fundo desde 1972). Vivia-se nesse ano *um momento histórico de viragem no que respeita à constatação pública dos enormes potenciais da floresta e da necessidade e urgência da sua conveniente defesa, adequada gestão e expansão da área florestal* (Sociedade, 1984). Para a imprensa agrária era crível um aumento da ocupação florestal do território, de 30% para o dobro, pelo significativo aumento de áreas de agricultura marginal, incapaz de competir em termos europeus (Alves, 1987, 59).

É importante salientar algumas diferenças da fileira florestal nacional, comparando 1960 (aquando das últimas Jornadas Florestais) e 1984. Em primeiro, foi na primeira metade dos anos 80 que a fileira florestal atingiu a sua expressão máxima, em % do PIB e das exportações. A revolução de 1974, que ocorreu em pleno aprofundamento da crise económica internacional, não pareceu ter tido influência profunda nas perspetivas dos produtos florestais. Já então, maioritariamente exportados para a Europa da CEE e da EFTA, os resultados económicos do sector florestal não pararam de melhorar entre 1974 e 1985.

Alguns dos grupos industriais que evitaram o descalabro da economia nacional nestes anos tinham raízes na floresta; Amorim nas cortiças; Vicaima, Jomar e Sonae nos painéis de madeira; o próprio Estado nas celulosas (Soares, 2015b, 370). Dentro deste aumento da importância do parque industrial assente na produção florestal, serrações e indústrias de aglomerados abandonaram a dimensão nacional e criaram espaço próprio nos mercados externos; as empresas produtoras de pastas celulósicas deram um empurrão decisivo nesta matéria, com uma alteração a nível industrial que se repercutiu na produção de matérias-primas; empresas florestais, lideradas pelas celulosas, durante vários anos aplicaram parte dos lucros na compra de terras. Esta última situação, a da transferência para o investidor estrangeiro de grandes áreas do território de









Portugal, chegou a levantar muita preocupação entre alguns técnicos florestais. Era o aspecto mais grave da política florestal em curso (Gomes, 1989, 39).

Em 1984 estava em desenvolvimento o “Projecto Florestal Português (PFP) – Banco Mundial”, sob tutela técnica do Fundo de Fomento Florestal (FFF). Este acabaria por beneficiar, em grande medida, a empresa nacionalizada de pasta celulósica (Soares, 2015b 71). Continuou até à primeira metade dos anos oitenta a ação do FFF, responsável pela arborização de, direta ou indiretamente, 243 mil hectares em todo o País, entre 1965 e 1986. O PFP, inicialmente programado para o intervalo de 1981-1986, previa a florestação de 150 mil hectares, dos quais 90 mil seriam florestados pelos Serviços

Sessão do congresso
de 1986, com Mário
Soares e Ávaro
Barreto (NV)





Florestais do Estado e 60 mil pela Portucel. De 1981 a 1986 a execução do PFP terá ficado apenas pelos 120 mil hectares.

Os silvicultores formados pelo ISA de Lisboa começavam a deixar de ser, na sua esmagadora maioria, funcionários dos Serviços Florestais. Ficava cada vez mais evidente uma das mais destacadas particularidades da floresta portuguesa: a distribuição da sua propriedade, que numa proporção superior a 85% entrava no campo da propriedade particular, um caso único na Europa (Tabela 1). Entre 1989 e 1992 foram criadas três Associações de Proprietários Florestais, muito destacadas, como Aflosor em Ponte de Sor, Forestis no Porto e a APFC em Coruche. Na criação da Forestis o silvicultor Moreira da Silva teve muita importância, já ativo na Jornada Florestal de 1960. Antes delas foram muito poucos os silvicultores que trabalharam diretamente para proprietários privados, na redação de planos de gestão florestal. Na maioria dos casos a floresta era vista como “pé-de-meia”, permitindo fazer face





às despesas extraordinárias e não como uma atividade produtiva a pedir investimento. A nível social, era reconhecida a inexistência de uma tradição de silvicultura no âmbito dos agricultores, aliada ao absentismo de muitos proprietários relativamente às atividades florestais bem como a sua relutância em aderir a situações do tipo associativo. As intervenções na floresta eram reduzidas a uma ou outra prática cultural esporádica, desprovida de quaisquer preocupações sobre a correta condução dos povoamentos.

Era preciso mais vocação para agregar vontades, espaços e uma gestão que conduzisse à comercialização dos produtos; novos agrupamentos com dimensão física e económica que garantissem a viabilidade da exploração. Depois do projeto do Banco Mundial, e face aos consecutivos desafios públicos lançados, inicia-se a resposta do sector privado, face ao isolamento do produtor florestal e à ineficiência dos SF. Sintomáticos foram a não-criação do serviço de extensão, nem da linha de crédito previstos no projeto do Banco Mundial (Melo, 2001, 23). Com o Programa de Acção Florestal (PAF) inicia-se uma nova filosofia de intervenção do Estado, ao transferir para os proprietários a responsabilidade de elaboração dos projectos de investimento. As primeiras medidas de apoio direto do associativismo florestal entraram em vigor em 1994, se bem que a lei do regime florestal de 1903 já fazia referência a associações de produtores florestais. Para o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura (PEDAP) de 1994, o principal objetivo era o reforço da capacidade técnica das associações de proprietários, passando pela contratação de quadros técnicos.

Em 1998 decorre o primeiro seminário sobre associativismo florestal, na Guarda; face à aparente falência dos organismos oficiais, a maior agressividade do mercado e a redução das margens de lucro, urgia garantir o funcionamento das estruturas associativas. Com a assistência técnica das associações, são cada vez menos os proprietários que não reinvestem na floresta nem sequer





uma ínfima parte dos rendimentos por ela proporcionados. São entidades que têm desempenhado essencialmente quatro funções: representação sócio-profissional; elaboração e acompanhamento de projetos florestais; informação na valorização de produtos; formação profissional. Desde a década de 1990 até hoje, as associações de proprietários florestais têm sido, “por excelência, as interfaces entre o ensino superior e a produção florestal, com a aparente retirada do pessoal de extensão dos serviços oficiais (Melo, 2001, 14).” Surgem também como novos grupos de pressão junto do governo, para que as políticas desenvolvidas sejam as adequadas às suas necessidades.

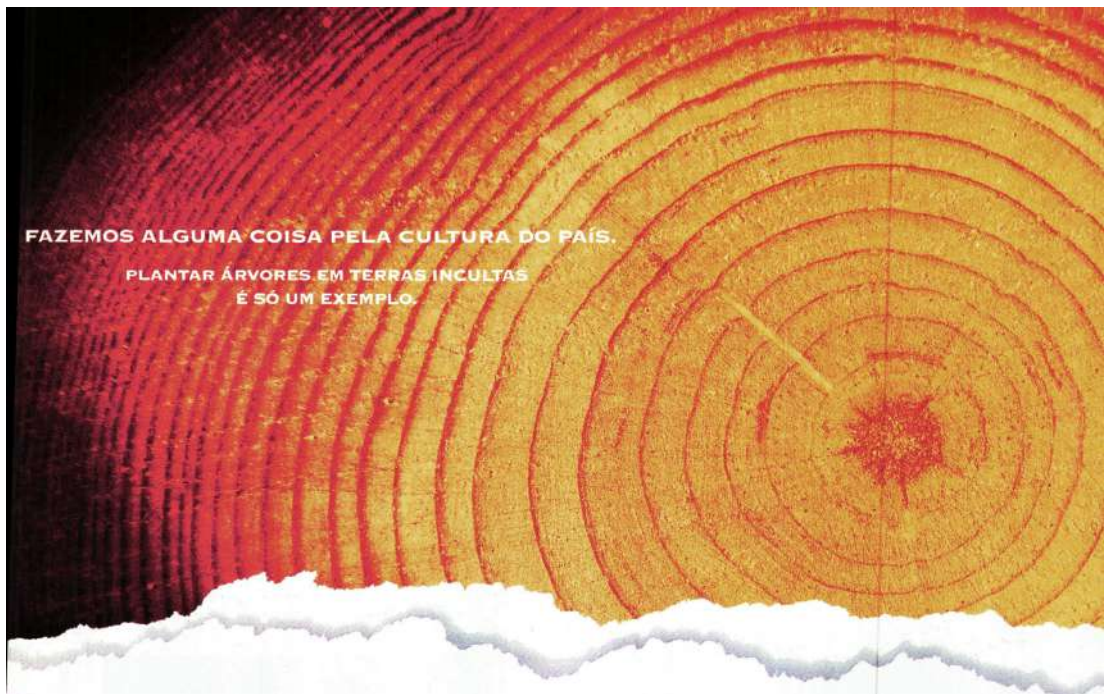




Tabela 1	% (distribuição da propriedade florestal)			
	Estado	Baldios	Privado	Tot
França	10	16	74	13.765
Grécia	73	20	7	5.754
Itália	40	9	51	6.000
Espanha	4	30	66	11.793
Portugal	2	12	86	3.129

Há mais exemplos do dinamismo vivido nestes anos pela fileira. No que se refere ao ensino florestal, o Centro de Operações e Técnicas Florestais começa a sua atividade em Março de 1984, instalado na Lousã, como resultado de um projeto de cooperação luso-norueguês, para preparar encarregados e operadores florestais no uso e manutenção de maquinaria e equipamento. O acordo bilateral tinha sido assinado em Maio de 1979 (Gravato, 1988, 26)

Em 1985 surge no ISA o Departamento de Engenharia Florestal, “dentro da tendência para uma organização do Instituto em departamentos.” (Pereira, 1991). Se a Secção de Silvicultura do ISA tinha nos anos 60 apenas quatro docentes, trinta anos depois já contava com dezanove, sendo mais de metade doutorados. Com o novo departamento foi construído um novo edifício, onde até agora tem funcionado o ensino florestal superior de Lisboa, e onde seria instalada a própria sede da SPCF.

Novos desafios chegaram ainda com a adesão à CEE. Em 1987 arranca o PAF, subvencionado em grande parte pelas instâncias europeias, tendo, no entanto, acontecido os primeiros movimentos políticos para a sua constituição antes desse ano. A situação especialmente debilitada da economia portuguesa, à data da adesão, levou à criação de dois programas especiais de auxílio: o PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa)



e o PEDAP que, como a própria designação indica, se destinavam especificamente à indústria e à agricultura nacionais. No final de 1985 o Conselho aprovou o PEDAP, que integrava o PAF.

Para técnicos como João Soares, o PAF foi “o maior programa florestal que o país jamais conheceu” e “o maior apoio financeiro jamais concedido aos proprietários florestais”. O orçamento inicial do PAF, na moeda de 1986, foi de 60 milhões de contos, mas o Governo português conseguiu que a CEE comparticipasse com 75% e não com 50%. A CEE manteve 30 milhões e o Estado, em vez de avançar os seus 30 milhões, limitou-se a prometer pagar 10 milhões (Soares, 2015b, 169) Desta vez, o sobreiro e o pinheiro bravo (e não o eucalipto), deviam consumir a parte decisiva dos montantes envolvidos. O sobreiro, por exemplo, dispunha de apoios de 100% a fundo perdido, quer para a beneficiação dos montados, quer para novas florestações. Apostava-se na regeneração natural dos montados e no aumento da densidade, já que o número de árvores por hectare tinha vindo a diminuir.



DA CRIAÇÃO DA SPCF AO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL

O nascimento da Sociedade reporta-se à eleição da primeira direção, em 2 de maio de 1984, como secção especializada da SCAP, a fórmula inicial da sua existência. O cada vez maior significado do setor florestal nacional, já comentado, e o exemplo do que aconteceu noutros países com o aparecimento de associações congéneres, reclamavam a criação desta sociedade, *como centro de animação de preocupações e interesses científicos, técnicos e culturais do meio social ligado às atividades florestais sensu latu* (Revista Florestal, 1993, 6, 125). Durante seis anos a SPCF desenvolveu-se no âmbito da SCAP, e em 6 de Junho de 1990 tornou-se autónoma. Em 1991 foi criada a Sociedad Española de Ciencias Forestales (Manuel, 2002), que organizaria, em parceria com a sociedade portuguesa, um congresso ibérico em 1997, em Pamplona.

Nos estatutos da SPCF são traçadas as linhas fundamentais da orgânica da associação e dos seus membros, refletindo a própria arquitetura interna da fileira e da engenharia florestal nacional. O objeto da instituição é definido (art. 2º) como o de “fomentar o estudo e progresso da ciência e técnica florestais, contribuir para o esclarecimento dos problemas económicos e sociais da actividade florestal, da produção à transformação e ao mercado dos bens e serviços florestais, promover, estimular a cooperação entre



Ilustração de um
editorial da Revista
Florestal, em 1995
(AS)



eles e desenvolver o intercâmbio nacional e internacional entre entidades e especialidades no seu domínio de actuação” O artigo 3º é particularmente importante, uma vez que define os sócios, deixando clara a sua abertura a todo o tipo de ideias, mesmo fora dum corporativismo da engenharia florestal. Este capítulo dos sócios é importante na medida em que define as poucas exigências de acesso: “cidadãos nacionais e estrangeiros, empresas florestais, agro-florestais e agrícolas, comerciais e industriais e outras pessoas individuais e colectivas, cujas actividades se enquadrem no âmbito





do objecto social”. Estas disposições permitem apoiar a vocação de uma sociedade de debate aberto, ao englobar pessoas que, não pertencendo ao ramo, tivessem interesse na área.

Monteiro Alves manifestou em várias ocasiões detalhes sobre os primeiros objetivos da nova instituição. No jornal Vida Rural comentou que faltava à fileira florestal “um programa global, capaz de integrar os interesses do governo e dos particulares.” No encontro celebrado em Évora, em 1985, sobre o tema do montado, lembrava que o primeiro programa de atividades pretendia fazer um “ponto da situação relativamente aos grandes temas de desenvolvimento do sector”, onde, no seu ponto de vista (Alves, 1986), se destacavam cinco grupos de ações:

- 1, Um ponto de situação sobre o ensino e a formação profissional;
- 2, Uma apreciação sobre a problemática da integração na CEE;
- 3, Uma revisão dos sistemas institucionais de organização do sector florestal a nível europeu;
- 4, Um seminário sobre a problemática do eucalipto;
- 5, A realização do primeiro congresso florestal nacional.

Assim, ao longo dos primeiros anos, as atenções da nova sociedade vão concentrar-se em torno de eixos fundamentais que concorrem no sentido de consolidar e sedimentar o papel dos técnicos florestais na sociedade: os debates e artigos centram-se em matérias de gestão florestal, revestindo-se de um carácter técnico acentuado; os relatórios das sucessivas direções contêm um número crescente de referências ao papel decisivo da técnica florestal na sociedade. Contudo, os florestais não estão alheados do mundo da produção, alguns dos sócios participam em comissões ligadas à indústria.

No final da primeira década de funcionamento o número de sócios passou de 102 para 248. Agrupou um número significativo de silvicultores e lançou as bases para uma estrutura de identificação



comum dos seus membros promovendo-os e valorizando-os profissionalmente. Os silvicultores mais veteranos continuam profundamente ligados ao sector público, concentrando-se, em termos de mercado de trabalho, em organismos governamentais.

Publicidade do
Ministério da
Administração
Interna, na Revista
Florestal (AS)



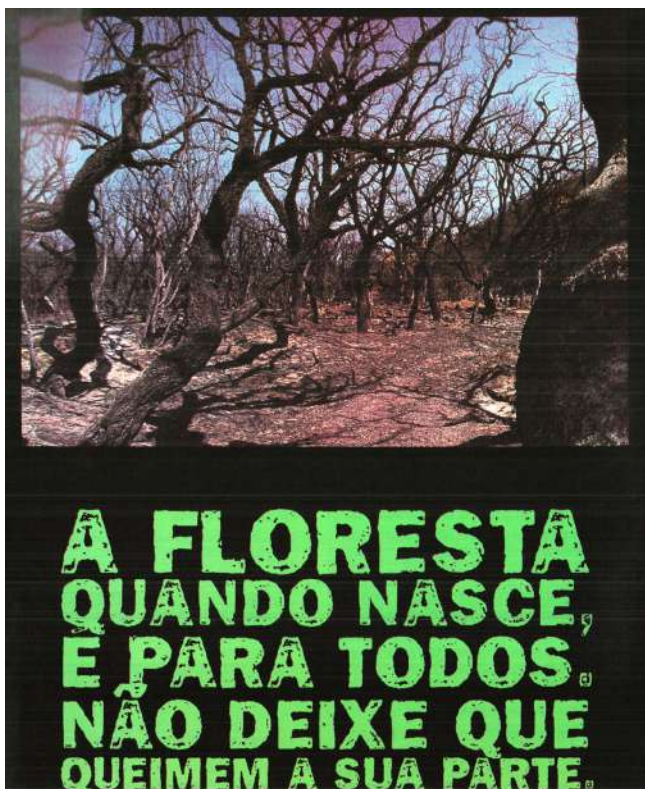


Depois de três encontros celebrados, sobre o ensino, o eucalipto e o sector corticeiro, foi realizado o I Congresso Nacional Florestal (dezembro de 1986), promovido pela sociedade. Os objetivos passaram por projetar para o espaço exterior a imagem da silvicultura, bem como por marcar com precisão o estatuto de relevância desta fileira; o Congresso Nacional constituiu a primeira grande ação de promoção da imagem da SPCF no plano público, afirmando a sua credibilidade e estatuto, enquanto comunidade de especialistas.

Por outro lado, não se deve esquecer que o motor dirigente da SPCF estava assente desde o princípio, e assim tem continuado, sobre figuras de destaque do ensino superior florestal, da investigação e dos serviços florestais. Monteiro Alves, que foi presidente até ao congresso florestal da Figueira da Foz de 1994, era professor no ISA. João Santos Pereira (nascido em 1948), também professor no departamento florestal do ISA, foi presidente até ao congresso de Évora de 2001. Fernando Páscoa (1949-2015), professor na Escola Agrária de Coimbra, foi presidente até ao congresso celebrado em Ponta Delgada em 2009. Maria do Loreto Monteiro (nascida em 1948), professora na Escola Agrária de Bragança, foi presidente até ao congresso celebrado, nessa mesma cidade, em 2013. Desde então, ocupa a presidência Francisco Castro Rego (nascido em 1955), professor no ISA como os dois primeiros. Este grupo académico, verdadeiro órgão gestor da sociedade, sempre trabalhou de perto com técnicos, muitos deles dos Serviços Florestais, que se mantiveram no seio da entidade desempenhando os seus cargos como vogais da direção. Todos os presidentes permaneceram posteriormente noutros cargos vogais, garantindo assim uma relação duradoura com as atividades da entidade.



Publicidade
na Revista
Florestal (AS)





UM CONGRESSO NACIONAL PARA DEFINIR UMA POLÍTICA FLORESTAL

Numa entrevista para a imprensa nacional, ao Correio da Manhã, Monteiro Alves destaca que o Congresso Nacional celebrado na Fundação Gulbenkian supunha “o fim dum quarto de século de silêncio,” com a intenção de “apresentar publicamente o que é hoje a nossa floresta e o que ela poderá vir a ser.” Era preciso interagir com uma classe política que “nunca investiu para além das soluções imediatas que se foram apresentando, nunca pensando nos resultados económicos a longo prazo.” Tentar melhorar um contexto nacional, sem um mínimo de organização na propriedade privada com a intervenção técnica correta.

Pelas palavras do primeiro presidente da Sociedade, percebe-se que Portugal precisava em 1986 dum lobby florestal; os atores da floresta deviam preparar-se para exigir ao Governo um apoio sério à floresta, uma política florestal capaz de orientar decisões de longo prazo. A unidade de tempo, em silvicultura, não se compatibiliza com legislaturas, são necessários acordos de longo prazo. Tinha-se chegado a esse ano sem uma política florestal nacional consensual, publicamente explicitada e devidamente orçamentada. Não se dotavam os agentes públicos e privados dos meios e regras de que os primeiros careciam, e de que os segundos precisavam. Importava



EDITORIAL

O fogo é, infelizmente, uma das causas da notoriedade pública das florestas no nosso país. Na verdade, nas florestas de produção, é uma calamidade que destrói o material vegetal acumulado durante anos e põe em risco pessoas e bens. Porém, o fogo é também um **factor ecológico**. Ainda recentemente constatava isso ao observar as savanas de África. Sem o fogo periódico aqueles ecossistemas, com a sua fantástica biodiversidade, não existiriam. O mesmo se passa com parte das pradarias da América do Norte, por exemplo. A ausência do fogo levou à substituição natural de savanas e pradarias uma parte daqueles ecossistemas por matagais ou florestas. Noutros locais do mundo certas florestas naturais dependem do fogo para a sua regeneração desde que a frequência desses fogos seja compatível com o ciclo de vida das árvores.

Na ecologia de muitos sistemas, fogo é um dos factores de grande peso e faz parte da panóplia de "instrumentos" que os técnicos podem usar para gerir a paisagem. Nos parques naturais de África com uma "gestão científica" o fogo é muitas vezes aplicado, mas os conceitos da sua utilização têm evoluído. Por exemplo, no "Kruger National Park" da África do Sul a abolição do fogo nas primeiras décadas do parque, levou à degradação de áreas de savana e à extinção de algumas espécies. A partir dos anos 50, o fogo tem sido usado regularmente. Hoje, os gestores do parque decidem não intervir se o fogo tiver causas naturais mas têm o cuidado de extinguir qualquer fogo com origem na negligência humana. Porém, nos ecossistemas que dependem do fogo, as causas não são apenas naturais. O Homem (e os seus antepassados) habitam as savanas de África há milhões de anos e há evidência do uso do fogo pelos homens pré-históricos desde há mais de um milhão de anos. Isto põe a questão do que é "natural" e do que não o é... Obviamente que a degradação de ecossistemas pelo fogo está ligada ao aumento da sua frequência em consequência do crescimento demográfico e/ou alterações sócio-económicas.

Pelo contrário, muitos sistemas florestais são incompatíveis com o fogo e certamente que na gestão das florestas de produção o fogo tem que estar ausente a não ser quando rigorosamente controlado e como medida de prevenção. Uma floresta de produção que arde, não é sustentável. Por isso, não é só o combate aos incêndios que importa. É preciso que a própria floresta seja implantada com regras que minimizem o risco. No Sul da Europa, tal como em Portugal, muito há a fazer nesse sentido. Muito embora a maioria dos artigos publicados neste número da Revista Florestal seja dedicada aos problemas da extinção e protecção contra os incêndios é preciso não esquecer que, como se refere num destes artigos "as questões de fundo (...) devem ser abordadas de modo integrado, no quadro do ordenamento e gestão dos sistemas florestais".

O Presidente da SPCF





reconhecer a imagem baça e distorcida que a floresta ainda tinha junto da opinião pública.

Acontecia que começaram a verificar-se, cada vez mais, conflitos sociais com fortes implicações políticas ao nível da opinião pública. A estratégia financeira para a floresta de produção industrial (principalmente as celuloses) não coincidia com as preocupações ecológicas. A sociedade urbana, distante e alarmada todos os anos pelas notícias dos fogos, sentia que algo estava mal nos espaços florestais,

não digerira a noção de compatibilidade entre produção de matérias-primas florestais para a indústria e o respeito pelos valores ambientais. Para uns, urbanos e com uma ideia idílica da natureza, a produção é a inimiga total da preservação da natureza. Para outros, a ideia retrógrada de que a floresta não é mais do que uma peça do espaço rural subordinada à agricultura é predominante (Pereira, 1996).

Só na região de Entre Douro e Minho arderam, entre 1995 e 1996, cerca de 120 000 hectares de área florestal (Domínguez, 2001, 67). E não foi por acaso que um dos primeiros encontros organizados pela SPCF, em abril de 1986, foi um seminário celebrado na Tapada da Ajuda sobre: “O Eucalipto: A Água e o Solo.”

A floresta era uma das áreas mais esquecidas da agricultura nacional; provavelmente era o ramo da economia nacional cujos princípios básicos eram mais socialmente equívocos e politicamente ambíguos. Outros setores como as Pescas dispunham de uma Secretaria do Estado e de meia dezena de Direcções-Gerais; enquanto à fileira florestal não se lhe reconhecia a importância política que ela, por razões económicas, sociais e ambientais, sem dúvida justificava. Assim, foi considerado um sucesso que o I Congresso Nacional contasse com a presença do ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, e de Mário Soares, nesse momento Chefe do Estado. Reuniu cerca de 500 congressistas, com diversas origens e preocupações florestais.



Por outro lado, o programa científico do congresso foi complementado com um programa social: visita guiada e excursão científica, receções formais localizadas em espaços de consagração da identidade científica, e também da identidade cultural e ideológica de quem recebe os visitantes, tais como o Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda ou a Tapada de Mafra, onde uma parte os participantes do congresso fez uma visita de estudo no quinto e último dia (Ferreira, 1987, 49). Os congressos podem ser perspectivados como mostras de construção de identidades científicas e culturais, ex-libris de síntese de vários aspectos que se pretendem. Um dos aspectos de grande relevância no desenrolar dos congressos são os programas sociais, as visitas e os discursos oficiais de abertura e de encerramento. Acontecimentos que são galvanizados e difundidos por via do impacto psicológico que, habitualmente, têm sobre os congressistas e os acompanhantes. Mas também porque são peças jornalísticas e fotográficas, por excelência, que se propagam pelas páginas dos jornais informativos e pela imprensa cultural e científica. Os congressos sempre tiveram o desígnio da festa, do banquete, de rituais que faziam passar a imagem para a sociedade de momentos sagrados dos encontros.





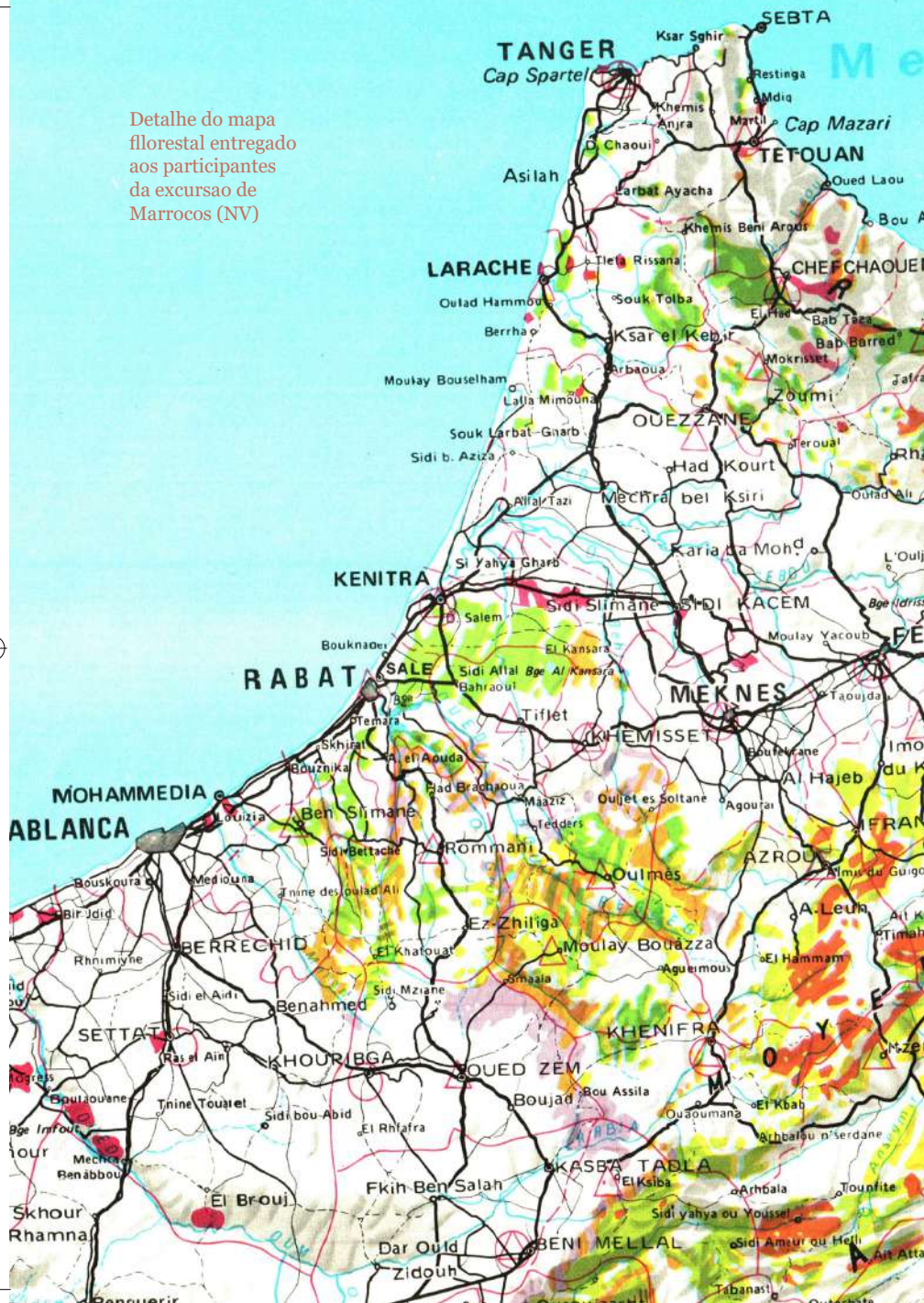
AS EXCURSÕES INTERNACIONAIS

Os contatos europeus da nova SPCF foram fatores que provocaram a institucionalização da prática de um novo tipo de saídas de campo entre os membros da Sociedade, desde maio de 1989, com uma primeira viagem a Marrocos. As novas excursões (continuadas em França em 1993, Turquia em 1995 ou Alemanha em 1998) vão desempenhar múltiplos papéis entre os florestais de Portugal.

Estas excursões contribuíram fortemente para a consolidação do coletivo florestal que, nos primeiros anos de entrada na União Europeia, ainda tinha poucas relações com os florestais de outros países, antes mesmo da criação do programa universitário Erasmus. O desenvolvimento de um forte espírito de comunidade não era um objetivo menos importante. A publicação de relatórios sobre estas saídas, em revistas como a própria Revista Florestal, permitia apresentar aos colegas ou aos estudantes do ensino superior os conteúdos de uma visita, muito mais rica do que simples passeios em florestas geridas e ordenadas.

Quanto à formação dos técnicos, o papel das excursões não deve ser negligenciado. A excursão permitia superar o simples conhecimento teórico, visualizando os fenómenos. As saídas longínquas permitiam descobrir toda uma diversidade de matas públicas e privadas espalhadas pelo território europeu e não só. Mas antes de falar das saídas dos florestais lusos para fora de Portugal, é

Detalhe do mapa
florestal entregue
aos participantes
da excursao de
Marrocos (NV)





Fotografia de
grupo na viagem a
Marrocos (NV)

preciso referir uma viagem de florestais franceses ao norte e centro de Portugal, em fevereiro de 1986. Durante uma semana, florestais dos dois países partilharam carros e ferramentas para visitar diversas matas e infra-estruturas da fileira florestal portuguesa. A viagem tinha sido organizada pela associação, com sede em Marselha, *Forêt Méditerranéenne*, onde era sócio desde há muitos anos o silvicultor luso Moreira da Silva. Os técnicos franceses (11 no total) foram solicitados para apoiar um programa de desenvolvimento rural, tendo sido recebidos pelo Director-geral das Florestas, Bivar Velho da Costa, no centro de formação da Lousã. Realizariam o resto do



seminário itinerante com 13 colegas de Portugal, onde estavam presentes membros da SPCF, como Teresa Cabral e Francisco Rego.

Assim, três anos mais tarde, foram os técnicos lusos os que decidiram realizar uma visita de estudo fora do país. O caso da primeira excursão, a Marrocos, parece particularmente interessante. País muito próximo em distância física, e similar a Portugal em termos ecológicos e florestais, era por enquanto extremamente distante e desconhecido para os silvicultores lusos. França e Espanha tinham mantido “protectorados” até a década de 1950, nos quais tinham chegado a desenvolver serviços florestais coloniais, cuja história tem sido estudada por vários investigadores (Puyo, 2000; Araque, 2009). Algumas visitas de estudo de silvicultores chegaram a produzir detalhados relatórios, como foi o caso do espanhol Octávio Elorrieta, em 1933. Conhece-se também um relatório de um silvicultor luso, Jaime Salazar Sampaio, que visitou as matas e corticeiras marroquinas em 1984. Mas esta visita era uma exceção, ainda que Marrocos contasse com o montado de sobre maior do mundo: a Mamora.

Um dos grandes objetivos da viagem de 1989, feito por membros da SPCF, era o de conhecer La Mamora, que significa “A florescente”, o maior montado do mundo (Sampaio, 1984; Montoya, 1987). Trata-se de um planalto arenoso com 40 km de largura e 60 km de comprimento, o que equivalia ao dobro do conjunto de todos os montados de Tunes ou da metade de todos os da Argélia. Situado às portas de Rabat e de Salé, era, até à chegada dos franceses em 1914, uma mata sombria onde desapareciam 100.000 sobreiros ao ano e estavam presentes um milhão de árvores “arruinadas ou decrépitas” (Natividade, 1950, 77). A zona alimentava 50.000 cabeças de gado vacum e 100.000 de ovino e caprino. Era na sua parte oeste, um cemitério de árvores velhas e depois de grandes esforços e para decepar as árvores doentes, degradadas e destroçadas os mesmos descortiaadores, ao mesmo tempo que se retiravam todas as primeiras cortiças, percorreu-se em poucos anos o bosque inteiro.







Os portugueses, em 1989, fizeram a visita de automóvel, já que a enorme massa florestal que dava a sensação de ser um enorme parque contava com 130.000 hectares. Os carros podiam circular pelas vias de corta-fogo, limpas de troncos e matagal. Estas vias eram parte da luta contra os incêndios, tendo-se quadriculado todo o monte com ruas de 30, 20 e 10m de comprimento para um total de 440 km de vias. Existiam também torres metálicas para vigiar os incêndios, pelo menos onze, interligadas por 140 km de fio telefónico.

Esta viagem de 1989 coincide com a primeira fase da assinatura de protocolos de colaboração da SPCF com outra associação francesa: *Forêt Méditerranéenne*. Um dos membros da entidade portuguesa, Moreira da Silva, agiu como importante laço de união entre os silvicultores lusos e franceses. Ele próprio seria uma peça importante na criação de uma nova associação, *Association Internationale Forêt Méditerranéenne* (AIFM), focada especialmente na realização de projetos de cooperação, europeus e com o norte de África. O Conselho de Administração de AIFM tem contado sempre, pelo menos, com um membro de Portugal; depois de Moreira da Silva, Francisco Rego chegou a ocupar a vice-presidência; atualmente é Carolina Varela quem ocupa um dos lugares, como vogal da direção.



A SOCIEDADE CIVIL E A POLÍTICA FLORESTAL: A LEI DE BASES DE 1996

Com a entrada na década de 1990, chegou a Portugal a crise económica. O *boom* económico de 1985/1989 traduziu-se pela subida em flecha dos preços do material lenhoso. Mas, desde 1990, os cortes orçamentais consequentes da má situação geral tiveram consequências fatais nos serviços florestais do Estado. O investimento florestal público ficou reduzido a mínimos históricos. O PAF, que tão bem tinha funcionado entre 1988 e 1990, em 1993 consumiu menos de metade dos meios financeiros de que dispunha (Soares, 2015b, 317) e a lista de candidaturas não aprovadas permaneceu enormíssima. Os produtores não tinham apoio do Estado; do setor em expansão firme, passou-se para o completo imobilismo.

Deixou-se degradar tanto o corpo nacional de guardas-florestais, como os SF. Foi cada vez mais evidente a progressiva degradação das condições de trabalho dos SF, desmotivados, sem instrumentos de trabalho, e cujas receitas eram desviadas para outros fins que não o reinvestimento florestal. A imagem dos SF mudou tanto, que se lhes passou a reconhecer mais capacidade para proibir do que para produzir, mais vocação para regulamentar do que para responder aos mercados. O edifício florestal ficou num estado geral de inação,



desânimo e desespero; o estado estava a demitir-se das suas responsabilidades na gestão florestal nacional. Sectores básicos da economia nacional, como as cortiças, passaram a viver uma forte orfandade institucional, depois da eliminação de estruturas como o Instituto dos Produtos Florestais em 1988, herdeiro dos serviços da Junta Nacional da Cortiça (Garcia-Pereda, 2009).

Por outro lado, os atores da fileira florestal viviam um fenómeno burocrático apelidado de “labirinto legislativo.” O ordenamento do território, num país que persegue ideais caros à iniciativa privada, tinha-se convertido num conjunto de regras limitadoras do solo, sem quaisquer contrapartidas. Havia uma partilha de competências florestais entre vários ministérios que, não raras vezes, tomavam decisões discordantes ou opostas perante casos afins, como era o caso da intervenção legislativa a propósito dos fogos florestais. Eram até seis os ministérios responsáveis pela definição de políticas com incidência direta na exploração florestal e faziam-no de forma pouco coordenada. Criando uma regulamentação confusa, geradora de incertezas e com barreiras burocráticas que dificultavam o desenvolvimento. Tinham-se atingido os limites das possibilidades dos quadros jurídico e financeiro.

Era o momento certo para que o parlamento fosse capaz de produzir, pôr em discussão pública e aprovar uma Lei de Bases que definisse, de forma exequível e flexível, a organização do Estado, os direitos e as regras de posse e uso da terra para fins florestais, a estratégia do fomento e da preservação dos recursos florestais, e a origem, dimensão e forma de gestão dos meios financeiros que a nova Lei pressupõe. Já em dezembro de 1984 o professor António Manuel Azevedo Gomes (1925-1989) tinha apresentado na Assembleia da República cinco projetos de lei, onde já se colocava a criação de Organizações de Fomento Florestal privadas, boas ideias que ficaram sem mais continuação (Gomes, 1985, 41). Em Dezembro de 1988 um comunicado do Conselho de Ministros analisava a





questão dos recursos florestais, graças a “um conjunto de fatores favoráveis (Soares, 2015b, 87).” O texto constituía uma proposta de política florestal nacional, baseada no aumento da produção florestal, conservação do património florestal e valorização desse mesmo património.

Mas foi preciso esperar quase quatro anos para que o Governo nomeasse um Grupo de Trabalho (GT) para propor as grandes linhas dessa nova política. Por despacho de 5 de Novembro de 1992, foi nomeado o GT com a presença de: Fernando José Mota, Carlos Alberto Bernardes Coelho, José Joaquim Moreira da Silva, José Pedro Barbosa Berhan da Costa, António Alberto Gonçalves Ferreira, João Manuel Alves Soares. Desde 1990 Moreira da Silva era presidente da Assembleia Geral da SPCF.

Depois da nomeação do GT, em novembro de 1992, o Ministro da Agricultura, em discurso ao Parlamento em outubro de 1993, anunciou que seria apresentada, para discussão, uma Lei Florestal nacional. Mas a lei só seria aprovada em Agosto de 1996, após as eleições legislativas de outubro de 1995, quando *nunca antes partido algum tinha no seu discurso afirmado tão fortes intenções de apostar na floresta... Pela primeira vez em 22 anos de vivência democrática assume-se que a valorização da floresta constitui uma prioridade* (Oliveira, 1996).” Todos os partidos escreveram sobre floresta nessa campanha de 1995.

Os clientes da política florestal, proprietários, indústrias, ambientalistas, etc., deviam reunir-se para criar consenso sobre as características das políticas que necessitavam. Desta forma, seria possível criar uma agenda de mudança, tomando a iniciativa e “empurrando” o Governo (e o novo Ministro da Agricultura, Fernando Gomes da Silva) para a iniciativa adequada. Sem a criação de uma única voz para expressar as necessidades, as autoridades recebiam influências não articuladas das perspectivas dos constituintes, o que impedia à partida uma boa reação. Ficam assim as questões: Qual





foi papel da sociedade civil na definição desta nova legislação? E concretamente, qual o da SPCF?

A SPCF, agora com João Santos Pereira como presidente, decidiu relançar nessa altura a Revista Florestal, com novo formato. Naquele momento,

mais do que tecer considerações sobre o passado, importa realçar o que se pretende no futuro. O nosso objetivo é dotar o sector de um órgão de comunicação que, com independência e seriedade, mas também com agilidade e acessibilidade, permita os debates pertinentes e promova a melhoria técnica, científica e cultural dos agentes do sector florestal.... A Revista não quererá ser um simulacro de revista científica para satisfazer necessidades curriculares de grupos restritos de pessoas. Procurará, isso sim, estimular a publicação de opiniões diversas e atuais sobre as atividades e a organização do sector, bem como a divulgação de resultados técnicos confirmados e úteis aos operadores da fileira florestal. cremos que é disto que o sector precisa, isto é, uma divulgação técnica e científica de qualidade que contribua para a maior eficácia e para um melhor protagonismo dos florestais junto da opinião pública e do poder político (Pereira, 1996).

Desde a revista, vários técnicos como Tiago Oliveira ou Lucílio Martins, tiveram ocasião de escrever a sua opinião sobre os detalhes da lei em redação.

A SPCF participou ativamente na discussão de uma proposta de lei, que o Governo, após sete meses de governação, submeteu à discussão na Assembleia da República. A lei deveria resultar das análises apresentadas, por esta ordem cronológica, pelo PCP, PSD e pelo Governo (Soares, 2015b, 349). A direção da Sociedade entendia estar “em posição privilegiada, pela sua ligação com elevado número de técnicos florestais seus associados, para promover aquele necessário debate, o mais rápido e eficazmente possível (Pereira, 1996b).”

Mas aconteceu, simultaneamente, que o Governo aprovou uma lei orgânica (a quinta em vinte anos) do Ministério da Agricultura (em 9 de maio de 1996) que tutelava os SF, o que foi considerado pelos





atores florestais “incoerente, um desrespeito pelas opiniões dos que participam na discussão da Lei de Bases da Floresta (Oliveira, 1996).” Rapidamente mais de 10.000 pessoas subscreveram uma petição onde apelavam aos deputados a refletir sobre essa lei orgânica aprovada, “para mais quando o país está ainda envolvido na discussão da regionalização (Pereira, 1996c).”

A SPCF, em parceria com a Ordem dos Engenheiros, enviou também ao Ministro da Agricultura um texto com a compilação dos comentários dos seus filiados, sugerindo a eliminação e/ou emenda de vários artigos da proposta de Lei de Bases da Floresta (na versão de março de 1996). Em organização conjunta com o Colégio de Engenharia Silvícola da Ordem dos Engenheiros (presidido nessa altura por João Bugalho), organizaram-se várias reuniões na Ordem dos Engenheiros em Lisboa (a 29 de abril) e no Departamento de Engenharia Florestal do ISA (a 2 de junho). Na primeira estiveram presentes mais de uma centena de associados e o Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Florestal (IF), Luís Pinheiro (1945-2013); os representantes do PSD e PCP não se fizeram representar.

Na Comissão de Agricultura da Assembleia da República, onde se redigiu a Lei para a formulação final, o trabalho foi consensual e rápido e a Lei foi aprovada por unanimidade no Plenário. Era enorme a expectativa em agosto de 1996, quando a Lei de Bases da Política Florestal foi publicada no Decreto-Lei, com um artigo que obrigava à sua regulamentação no prazo de um ano. Mas atores como o presidente da SPCF ficaram com a ideia de que

o modo vago e ambíguo da redação e a timidez dos debates, refletiram o que há muito é notório, isto é, apesar da importância económica e social do sector florestal, a sociedade Portuguesa vive-lhe à margem e a maioria dos agentes de sector mostra um alheamento compatível com a marginalidade a que o sector tem sido votado (Pereira, 1996, 1).

Ninguém teve dúvidas de que a regulamentação posterior iria suscitar polémicas e debates, mas também abriria oportunidades



de varrer do quadro legislativo dezenas de normas obsoletas, o já apelidado “labirinto legislativo.” Havia técnicos que achavam que não era preciso demolir o edifício legal existente, se não de lhe dar objetivos definidos (Rego, 1987, 44). Mas durante vários anos, aconteceu que

se estabeleceu uma vozearia a que se chamou diálogo, que se produziram muitos papéis pouco inovadores, se substituíram Decretos-Lei razoáveis por DLs maus, que se agravaram desuniões entre elos fundamentais da fileira florestal, que não se abordou uma só das questões incluídas nos instrumentos financeiros e fiscais previstos na Lei, que se deixaram passar todos os prazos (Soares, 2015a, 337).

Alguns dos instrumentos previstos na lei de 1996, como o “Fundo Financeiro de Carácter Permanente” (artigo 18), só foi criado depois do verão de 2003, dramático ao nível nacional pela violência dos fogos florestais. Os projetos de lei de Azevedo Gomes de 1985 já defendiam que não seria viável levar por diante qualquer *política florestal de fôlego, com base no orçamento do Estado ou no investimento por partes dos proprietários privados* (Gomes, 1985, 44). O Fundo foi criado junto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (DL nº63/2004), o que era um sinal da vontade de dotar o sector com os meios financeiros. Até esse momento não havia meios para pagar justas indemnizações por expropriações de interesse público, nem para criação de infra-estruturas de defesa da floresta, ou para ações de emparcelamento florestal.

Outra figura criada pela lei de 1996, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), pareciam abrir uma janela para hierarquizar os instrumentos de ordenamento aplicáveis à floresta e ao investimento florestal. No cumprimento do artigo 5.º, da referida lei, esta foi regulamentada em Junho de 1999, pelo Decreto-Lei n.º 204/99. Desde 2007, todo o território continental possui, em teoria, PROF aprovados e em vigor.





A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros 114/2006, é um elemento de referência nos planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal. A ENF surge na senda de outras iniciativas governamentais semelhantes, nomeadamente da Lei de Bases da Floresta de 1996, e decorre da necessidade sentida de que as florestas possuam um quadro de referência geral a médio prazo, que seja reconhecido pela sociedade e por todos os agentes do setor.

Assim, em 2006 foi adotado este documento estratégico, que considerou novos elementos e integrou os desenvolvimentos havidos desde os instrumentos anteriores, nomeadamente: (i) a maior dimensão dos incêndios ou o aparecimento de novos problemas como o do nemátodo da madeira de pinheiro; (ii) as alterações de contexto verificadas com a conclusão no Continente do processo de elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e o desenvolvimento nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira de processos de reflexão sobre as suas próprias estratégias regionais; (iii) a importância de enquadrar a utilização dos recursos do Fundo Florestal Permanente e a conceção e execução das medidas de apoio ao setor que se desenhavam no âmbito do Período de Programação 2007-2013.

A ENF concretiza-se em Planos e Programas Especiais, como o da Defesa da Floresta Contra Incêndios onde são definidos os objetivos específicos, as metas, a repartição de responsabilidades e o quadro de recursos humanos e financeiros. Em termos dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, a ENF pode-se considerar como parte integrante do "Programa Florestal Nacional", estando este consubstanciado como o processo participativo e intersectorial de desenvolvimento da política florestal. Houve, durante todo o processo, um conjunto vasto de reuniões bilaterais com parceiros do setor, para auscultar as suas preocupações e contributos/sugestões.





EPÍLOGO. PRÁTICAS CIENTÍFICAS, CULTURAIS E POLÍTICAS

A investigação e o levantamento de dados sobre a realização de congressos florestais em Portugal, assim como de alguns elementos da atividade da SPCF, têm vindo a proporcionar um conjunto de pistas e de elementos fulcrais para um novo desenho possível da história florestal em Portugal. Esta instituição tem sido instrumento de difusão de questões e transformações técnicas, e um centro de institucionalização de relações políticas na sociedade contemporânea. A SPCF transformou-se em mais um espaço de redes de interesses heterogêneos, mantendo no seu interior uma pluralidade ideológica.

Há uma clara herança de práticas culturais e científicas associadas a congressos, como sinal inequívoco da afirmação do positivismo cientista e da profissionalização da ciência e da técnica florestal. Estes dados vêm por duas vias. Uma, o levantamento parcialmente já realizado de notícias científicas nos relatórios dos congressos, tal como já foi referenciado; a outra, um repositório informativo que permite investir noutros jornais, noutros arquivos e noutras direções de fontes patrimoniais para a história da gestão florestal. O regular pontuar de referências à comunidade florestal portuguesa pode ser encontrado desde o primeiro quartel do século XX, o que faz perceber que se está





perante uma tendência de longa duração, no âmbito da esfera pública da história florestal nacional.

Existe assim um núcleo informativo que nos permite perceber a existência de uma tendência de participação em atividade científica e profissional, em rede. Com a criação de uma organização como a SPCF passou a ser possível realizar tarefas como as de elaborar propostas de medidas políticas adequadas às condições de produção florestal. Fazendo assim chegar a voz do sector produtivo florestal, que não dispunha antes de 1986 de uma organização







verdadeiramente representativa, quer junto dos poderes, quer no diálogo com os seus parceiros de fileira. A SPCF tem demonstrado capacidade de atuar no foro florestal, participando em redes europeias, desenvolvendo atividades como as de formação ou visitas de estudo. Tem promovido a divulgação das suas ações, organizado e feito circular as informações, promovendo o debate e fomentando a crítica através de ferramentas como a Revista Florestal ou as conferências, também meios para promover o debate.

São necessários, porém, outros pontos de observação e de investigação em rede. Se tomarmos por exemplo os grupos da comunidade florestal em ação, em congresso, verificamos linhas de continuidade e não de rutura, o que pode evidenciar que nem sempre as cronologias políticas casam com as cronologias científicas e culturais dos regimes.

Alguns *comptes-rendus* cobrem os Congressos e as Jornadas Florestais, com os vários momentos da componente social, as fotografias rotuladas, os discursos de honra dos Presidentes dos Municípios e Secretários de Estado, bem como todos os outros discursos protocolares, informações burocráticas sobre as representações no Congresso e, claro, os textos das comunicações. Um trabalho altamente profissional e bem organizado; em todas estas áreas propiciadoras de realização de congressos encontra-se, sempre, uma trave comum para a utilidade social e nacional da ciência internacional em Portugal, desde o final da Monarquia, atravessando a República e instalando-se no Estado Novo e depois da Democracia.



BIBLIOGRAFIA

Alberto, Caetano, 1912, “Necrologia de Souza Pimentel”, *O Occidente*, 20 de Fevereiro, 39.

Almeida, António Mendes de, 1911, “La repoblación forestal: su necesidad y sus métodos en Portugal”, *Montes*, 826, 391-402.

Almeida, António Mendes de, 1916, *As florestas e a guerra*, tese apresentada à conferencia florestal de 1916, Lisboa: Tipografia La Bécarre.

Araque Jiménez, Eduardo, 2009, “La contribución de los montes del Protectorado español del norte de Marruecos al abastecimiento ferroviario de madera (1948-1958)”, *Eria*, 78, 5-20.

Corvo, João de Andrade, 1857, *Agricultura*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Barros Gomes, Bernardino, 1875, “Sonda de Pressler”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 210-213.

Barros Gomes, Bernardino, 1885, “A mata de Leiria”, En: *Revista da Exposição Agrícola de Lisboa*, Lisboa: Instituto Geral da Agricultura, 349-353.

Borges, Joaquim Ferreira, 1915, “Excursões Florestais”, *Boletim da Direção geral da Agricultura*, 56-64.

Devy-Vareta, Nicole & Garcia, João Carlos, 1989, “Bernardino de Barros Gomes e a silvicultura no desenvolvimento da geografia portuguesa oitocentista”, *Revista da Faculdade de Letras*, 12, 139-148.





Dias, Maria Amélia Branco, 2005, *O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o Estado Novo (1930-1974)* (PhD Thesis), Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.

Diogo, Maria Paula, 1994, *A Construção de uma Identidade Profissional. A Associação dos Engenheiros Cívicos* (Ph.D. Thesis), Lisboa: Universidade Nova.

Dominguez, Carolina, 2001, “Associativismo florestal: seu contributo para o fomento, a gestão e a defesa dos recursos florestais, a experiência da Forestis”, In: *A floresta, que futuro?*, 67-80.

Ferreira dos Santos, Celso, 1987 “O I Congresso Florestal Nacional”, *Revista Florestal*, 1, 39-40.

Frazao, Carlos, 2012, “Curiosidades históricas da vida da SCAP”, *Revista de Ciências Agrárias*, 35.

Galo, Mário, 1964, “Discurso sobre os serviços florestais”, *Diário das Sessões*, 27 de fevereiro, 3384-3386.

García-Pereda, Ignacio, 2008, *Joaquim Vieira Natividade (1899-1968), Ciência e Política do Sobreiro e da Cortiça*, Lisboa: Euronatura.

García-Pereda, Ignacio, 2009, *Junta Nacional da Cortiça (1936-1972)*, Lisboa: Euronatura.

García-Pereda, Ignacio, 2011, *Mário de Azevedo Gomes (1888-1865)*, Sintra: Parques de Sintra.

García-Pereda, Ignacio, 2016, *Baeta Neves, pioneiro da conservação da natureza*, Lisboa: LPN.

García-Pereda, Ignacio, 2017, “Creando el bosque matemático en la década de 1860. Barros Gomes en la Mata Nacional da Machada (Barreiro, Portugal): Testigos cartográficos”, In: *Estudos da Paisagem* (vol.2), Lisboa: IHC, 217-240.

Gomes, António Manuel Azevedo, 1985, *Uma Alternativa Sectorial*, Lisboa: Publicações Ciência e Vida.



Gomes, António Manuel Azevedo, 1989, “Entrevista”, *Revista Florestal*, 3, 37-42.

Gomes, Bernardino de Barros, 1862. “Estudos Florestais. Capítulo III. A Mata Saxónia d’Oberfrauendorf”, *Archivo Rural*, 5, 599-605.

Gomes, Bernardino de Barros, 1884, “A Mata de Leiria na Tapada da Ajuda em 1884.” *Revista da exposição Agrícola de Lisboa*, 1: 349-353.

Gravato, António, 1988, “Centro de operações e técnicas florestais”, *Revista Florestal*, 1, 18-26.

Oliveira, Tiago, 1996, “Um contributo para a Discussão sobre a Lei de Bases”, *Revista Florestal*, junho.

Knell, S. J., 2000, *The Culture of English Geology, 1815-1851: A Science Revealed Through Its Collecting*, Aldershot.

Lapa, João Ignacio Ferreira, 1876, “Discurso inaugural pronunciado na sessão solene da abertura das aulas do Instituto geral da agricultura no anno lectivo de 1876-1877”, *Archivo Rural*, 16, 170-185.

Louro, Victor, 2016, *A Floresta em Portugal. Um apelo á inquietação cívica*, Lisboa: Gradiva.

Macedo, Diogo de, 1870, “Apontamentos de economia florestal”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 175-199.

Manuel, Carlos, 2002, “Diez años de la Sociedad Española de Ciencias Forestales”, *Ería*, 58, 268-271.

Melo, Filipe Eiró Queiroz, 2001, *Associativismo florestal: 4 casos de estudo*, Lisboa: Instituto Superior da Agronomia.

Monteiro Alves, António Alberto, 1987, “Entrevista”, *Vida Rural*, 1, 59-60.

Montoya, Miguel, 1987, “Mamora: el mayor alcornocal del mundo”, *Montes*, 17, 64-65.

Moreira da Silva, José Joaquim, 1948, *Para uma interpretação de preços de custo no plano de povoamento florestal*, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.





Moreira da Silva, José Joaquim, 1958, “Jornadas Florestais”, *Gazeta das Aldeias*, 419-423.

Moreira da Silva, José Joaquim, 1960, “Jornadas Florestais”, *Gazeta das Aldeias*, 570-572.

Moreira da Silva, José Joaquim, 1986, “Séminaire itinérant FrancoPortugais du 16 au 23 Février, Compte rendu,” *Forêt Méditerranéenne*, 8(1), 39-48.

Mota Pereira de Campos, José, 1962, *Fomento Florestal*, Lisboa: DGSEFA.

Mota, Teresa Salomé, 2007, *Os serviços geológicos entre 1918 e 1974; da quase morte a uma nova vida*, PhD thesis, Lisboa: Universidade Nova.

Natividade, Manuel Vieira, 1913, *O Culto da Árvore*, Alcobaça: oficina de Oliveira.

Natividade, Joaquim Vieira, 1950, *Subericultura*, Lisboa: Ministério da Economia.

Nunes, Maria Fátima, 2003, “Os Congressos do Mundo Português – história da actividade científica portuguesa. Para uma arqueologia do discurso da comunidade científica portuguesa», En: *Ciência em Portugal na Primeira Metade do século XX*, Évora-CEHFC, 337-348.

Pereira, João Santos, 1991, “Entrevista (João Pinho e Tiago Oliveira)”, *Agros*, Dezembro.

Pereira, João Santos, 1996, “Editorial”, *Revista Florestal*, Dezembro.

Pereira, João Santos, 1996b, Carta ao Pte do IF, Janeiro de 1996 (AS).

Pereira, João Santos, 1996c, Carta ao Ministro da Agricultura, Maio de 1996 (AS).

Pimentel, Carlos Augusto de Sousa, 1872, “Breves considerações sobre os meios de beneficiar e desenvolver a propriedade florestal”, *Arquivo Rural*, 14.

Pimentel, Carlos Augusto de Sousa, 1873, *A arborização das areias do litoral*, Lisboa: Instituto Geral da Agricultura.



Pimentel, Carlos Augusto de Sousa, 1885, “As mattas nacionais”, En: *Revista da Exposição Agrícola de Lisboa*, Lisboa: Instituto Geral da Agricultura, 353-355.

Pinto, António Arala, 1921, *Algumas notas sobre o pinhal de Leiria*, Lisboa: Instituto Superior da Agronomia.

Pinto, António Arala, 1939, *O Pinhal do Rei. Subsídios*, Alcobaça: Oficina de José de Oliveira Júnior.

Puyo, Jean-Yves, 2000, “De la théorie à la pratique : les forestiers français face au défi colonial (1880-1940)”, En: *Milieu, colonisation et développement durable. Perspectives géographiques sur l'aménagement*, Paris : L'Harmattan, 155-171.

Radich, Maria Carlos & Alves, António Alberto Monteiro, 2000, *Dois séculos de floresta em Portugal*, Lisboa: Celpa.

Rego, Francisco, 1986, “Proteção da floresta contra incêndios”, *Floresta & Ambiente*, 36, 44-46.

Rego, Francisco, 2011, *Florestas Publicas*, Lisboa: Direcção Geral das Florestas.

Regulamento da Administração das Matas de 11 de Maio de 1872, *Diário do Governo*, 111, 22 de Maio de 1872.

Resina Rodrigues, José Carlos & Neiva Vieira, José António, 1993, “António Mendes de Almeida (1867-1937)”, *Revista Florestal*, 6, 107-112.

Rodrigues, Maria Manuela P. F., 2010, “Festas Escolares: As Festas da Árvore no Barreiro”, *História da Educação*, 14 (31), 95-119.

Roldão, Gabriel, 2017, *Elucidário do Pinhal do Rei*, Leiria: Textiverso.

Sampaio, Jaime Salazar, 1984, “Marrocos: o sobreiro e a cortiça”, *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais*, 543.

Silva, José Bonifacio de Andrada, 1815, *Memória sobre a necessidade e a utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*, Lisboa: Academia Real das Sciencias.





Silva, Carlos Alberto, 2016, *Parque Florestal de Amarante. Uma Obra Centenária*, Amarante: Associação para Criação do Museu Eduardo Teixeira Pinto.

Soares, João, 2015a, *Petróleo Verde, Floresta e Equívocos*, Volume I, Lisboa:Edições Ex Libris.

Soares, João, 2015b, *Petróleo Verde, Floresta e Equívocos*, Volume II, Lisboa: Edições Ex Libris.

Sociedade de Ciências Florestais, 1984, *Ensino e Formação Profissional Florestais*, Lisboa.

Sousa, Tude Martins de, 1913, *A tradição, o valor e o culto da árvore*, Porto: Livraria Cardron.

Sousa, Tude Martins de, 1919, *Conferência florestal de 1916: excursões dos conferentes (Separata da Voz do Lavrador)*, Lisboa : Tipografia La Bécarre.

Terra, Luiz Silveira Whytton da, 1960, “Jornadas Florestais”, *Agros*, 43, 153-156.

Velez, Ricardo, 1999, “El período 1848-1947 en la defensa contra incendios forestales en España”, en, *Incendios históricos: una aproximación multidisciplinar*, Baeza: Universidad Internacional de Andalucía.

Viana, Júlio Mário, 1913, “O Culto da Árvore”, *O Século*, 9 de Março.

Vieira, José Neiva, 2010, *O Culto da Árvore e a 1.ª República*, Lisboa: Autoridade Florestal Nacional.



DIREÇÕES DA SPCF

MANDATO 1984

Presidente: António Alberto Monteiro Alves

Vice-Presidentes: José Caetano Velez & Fernando Pereira Nunes

Tesoureiro: Armando Augusto Baixinho Fialho

Secretário: Pedro Vilaça Moura

MANDATO 1990

Presidente: António Alberto Monteiro Alves

Vice-Presidentes: José Caetano Velez & Maria Teresa Cabral

Tesoureiro: Ângelo Carvalho Oliveira

Secretária: Isabel Saraiva

Assembleia Geral: José Moreira da Silva (Presidente) e Luís Leal e Francisco Lopes (Vogais)

Conselho Fiscal: Aloísio Loureiro (Presidente), Francisco Rego (Secretário), José Calvão Borges (Relator)



MANDATO 1995

Presidente: João Santos Pereira

Vice-Presidentes: Teresa Alves da Silva & Mário Tavares

Tesoureiro: Carlos Machado

Secretária: Luís Leal

Assembleia Geral: António Monteiro Alves (Presidente) e Isabel Saraiva e Francisco Lopes (Vogais)

Conselho Fiscal: José Caetano Velez (Presidente), Ângelo Oliveira (Secretário), José Calvão Borges (Relator)

Delegados Regionais: João Teixeira (norte), Fernando Páscoa (centro), Alfredo Gonçalves Ferreira (sul)

A partir de 18 de Dezembro de 2000: Luís Leal Vice-Presidente, Miguel Galante Tesoureiro, Alexandre Vaz Correia Secretário

MANDATO 2002

Presidente: Fernando Páscoa

Vice-Presidentes: Rui Oliveira e Silva & Nuno Borralho

Tesoureiro: João Pinho

Secretária: Maria Helena Almeida

Assembleia Geral: João Santos Pereira (Presidente) e José Marques Aranha & Francisco Lopes (Vogais)

Conselho Fiscal: Ângelo Oliveira (Presidente), José Neiva Vieira (Secretário), José Calvão Borges (Relator)



MANDATO 2009

Presidente: Maria do Loreto Rodrigues Martins Monteiro

Vice-presidentes: João Manuel Bento & Graça Maria Cabaço Louro

Tesoureiro: Nuno João Goulão Mendes Calado

Secretário: Jorge Miguel Alvão Serra Leite da Cunha

Assembleia-geral: Maria Helena Reis de Noronha Ribeiro de Almeida (Presidente), e José António Ribeiro Lopes & Luís Filipe Gaspar da Costa Leal (vogais)

Conselho Fiscal: José Luís Penetra Serveira Lousada (Presidente), Maria Adelaide Tavares Diniz Ferreira Germano Fernandes (Relator), Paulo Godinho Ferreira (Secretário)

Delegado Hugo Alexandre Costa Silva Jóia (Nacional), Manuel António Madama Filipe (Madeira), Vasco António Martins de Medeiros (Açores)

MANDATO 2014

Presidente: Francisco Castro Rego

Vice-presidentes: José Luís Lousada & Graça Maria Louro

Tesoureiro: Paulo Godinho Ferreira

Secretário: Miguel Galante

Assembleia-Geral: Maria Helena Almeida (Presidente), Nuno Calado & Luís Leal (Vogais)

Conselho Fiscal: Maria Adelaide Germano (Presidente), Francisco Góis (Relator), Amílcar Teixeira (Secretário)

Delegados: Maria Emília Moreira da Silva (Nacional), Vasco Medeiros (Açores), António Manuel Filipe (Madeira)







CRONOLOGIA



Sessão Ensino e Formação
Profissional Florestais

1984

I Congresso Florestal
Nacional, em Lisboa

1986

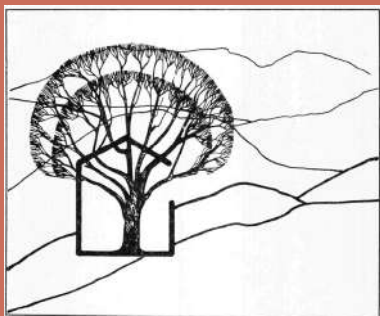
1985

Sessão Sector Florestal e
Adesão à CEE

1987

Encontro Soutos &
Castinçais





SIMPÓSIO SOBRE A FLORESTA E O
ORDENAMENTO DO ESPAÇO DE MONTANHA

Simpósio Ordenamento
Espaço Montanha

1988



1991

1990

II Congresso Florestal
Nacional no Porto





Visita ao Sul de França

1993



Congresso Hispano-Luso
Pamplona

1997

1994

III Congresso Florestal
Nacional na Figueira da Foz





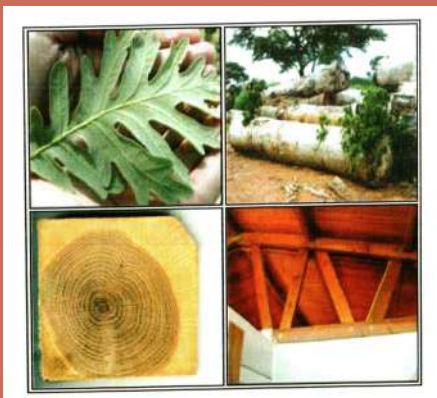
IV Congresso Florestal
Nacional em Évora

2001

1999

Jornadas Florestais Beira
Interior





Seminário Qualidade
Madeira

2003

2004

Seminário Qualidade
Cortiça





VI Congresso Florestal
Nacional em Ponda Delgada

2009

2005

V Congresso Florestal
Nacional, em Viseu



